



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ACÓRDÃO

**PETIÇÃO Nº 0600637-29.2019.6.00.0000 – CLASSE 1338 – SÃO PAULO –
SÃO PAULO**

Relator: Ministro Sérgio Banhos

Requerente: Tábata Cláudia Amaral de Pontes

Advogados: Cristiano Vilela de Pinho – OAB: 221594/SP – e outros

Requerido: Partido Democrático Trabalhista (PDT) – Nacional

Advogados: Walber de Moura Agra – OAB: 757/PE – e outros

DEPUTADO FEDERAL. PEDIDO DE DESFILIAÇÃO
PARTIDÁRIA. JUSTA CAUSA. DISCRIMINAÇÃO
PESSOAL.

SÍNTESE DO CASO

1. A requerente pretende exercer a prerrogativa tipificada no art. 22-A da Lei 9.096/95, pertinente à hipótese de discriminação política pessoal como justa causa para desfiliação partidária, sustentando, em síntese, que, em julho de 2019, após o voto que proferiu favorável à Reforma da Previdência (Proposta de Emenda Constitucional 6/2019), foi surpreendida com duras repreensões e perseguição pelo partido, tendo seu espaço dentro da agremiação diminuído.

ANÁLISE DO PEDIDO

2. A jurisprudência desta Corte está pacificada no sentido de que “a hipótese de discriminação pessoal que caracteriza justa causa para a desfiliação exige a demonstração de fatos certos e determinados que tenham o condão de afastar o mandatário do convívio da agremiação ou revelem situações claras de desprestígio ou perseguição” (REspEL 0600207-67, rel. Min. Edson Fachin, DJE de 7.5.2020). Na mesma linha: REspe 1153-17, rel. Min. Luciana Lóssio, DJE de 31.10.2016; Pet 581-84, rel. Min. Henrique Neves da Silva, DJE de 1º.7.2016.

3. No julgamento da Pet 0600641-66, concluído em 13.4.2021, esta Corte Superior entendeu, por maioria, caracterizar justa causa a imposição de grave sanção disciplinar em descompasso com a autonomia política prometida em carta-compromisso, firmada entre a

agremiação e o movimento cívico. Entendimento que não prejudica o exame dos demais fatos que integram a causa de pedir, considerada a prova colhida na espécie.

4. No caso dos autos, a justa causa está evidenciada em razão dos seguintes fatos:

i) a alteração súbita de regras e orientações intrapartidárias, em quebra das expectativas legítimas decorrentes da carta-compromisso firmada entre o movimento Acredito e o PDT, a fim de inviabilizar absolutamente as pretensões políticas e eleitorais da autora;

ii) a grave quebra de isonomia entre filiadas que estavam em situação de igualdade no que tange à prometida liberdade de atuação no Congresso Nacional e à submissão às regras intrapartidárias de fidelidade partidária; e

iii) a veiculação de conteúdo ofensivo, na imprensa e em canais oficiais do partido, em detrimento do grupo político ao qual pertence a autora.

5. Ao partido, embora seja assegurada autonomia (art. 17, § 1º, da CF/88) para livremente se organizar, estabelecer normas de funcionamento e disposições de fidelidade partidária, não lhe é permitido o exercício em descompasso com os direitos fundamentais da pessoa, notadamente o princípio da isonomia e a segurança jurídica.

6. A cláusula da autonomia partidária não contempla interpretação isolada, impondo-se que seja considerada em relação à posição que ocupa no sistema da democracia representativa, no contexto em que desempenha a função de conferir aos partidos espaço de livre e autônoma deliberação, permitindo-lhes, na qualidade de órgãos intermediários entre a sociedade civil e o Estado, atuar, na exata expressão do Ministro Celso de Mello, como “canais institucionalizados de expressão dos anseios políticos e das reivindicações sociais dos diversos estratos e correntes de pensamento que se manifestam no seio da comunhão nacional” (MS 26.603/DF).

7. A plena delimitação do significado e da extensão da autonomia partidária se apreende a partir da sua função de permitir que os partidos, dotados de espaço de livre e autônoma deliberação, expressem os anseios políticos do povo, sem, no entanto, permitir a violação de regras que tutelam a igualdade, a segurança jurídica e a boa-fé.

8. Esta Corte já se manifestou, no REspe 321-41, sob a relatoria do Min. Luiz Fux, no sentido de que “é preciso

reconhecer que a legitimidade dos partidos políticos perpassa necessariamente pela democratização de suas deliberações e tomada de decisões, nomeadamente porque são instrumentos de mediação entre os cidadãos e os órgãos constitucionais” e “justamente por isso impõe-se a mitigação do dogma da reserva estatutária, mediante a penetração do postulado democrático e seus corolários no corpo dessas entidades”.

CONCLUSÃO

Pedido de declaração de justa causa julgado procedente.

Brasília, 25 de maio de 2021.

MINISTRO SÉRGIO SILVEIRA BANHOS – RELATOR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO SÉRGIO BANHOS: Senhor Presidente, trata-se de ação de declaratória de justa causa para desfiliação partidária, proposta por Tábata Cláudia Amaral de Pontes, deputada federal eleita em 2018, em desfavor do Partido Democrático Trabalhista (PDT) – Nacional, a fim de que seja reconhecida a existência de justa causa para migração partidária, com manutenção de seu mandato.

Na inicial, a requerente alega, em suma, que:

- a) vem sofrendo grave discriminação por parte dos representantes oficiais do PDT (no âmbito nacional e no âmbito do Estado de São Paulo), os quais – em razão do seu posicionamento favorável à proposta da Comissão Especial da Câmara que analisou a reforma da previdência – têm proferido inúmeros ataques contra ela, perpetrando graves ameaças à sua honra e dignidade mediante diversos meios de comunicação, como as redes sociais e a imprensa escrita e eletrônica;
- b) o presidente do partido, Carlos Lupi, bem como o vice-presidente, Ciro Gomes, reiteradamente espalham mentiras a seu respeito, vinculando a sua posição política à existência de uma organização clandestina, que supostamente atenderia a interesses de grandes empresários, e afirmando “*que a requerente e o movimento ACREDITO atuariam sob supostos interesses do empresário Jorge Paulo Lemann*” (ID 17710688, p. 19);
- c) além dos ataques promovidos contra a sua honra, o PDT instaurou procedimento administrativo disciplinar e determinou:
 - i) a suspensão das suas atividades nas comissões da Câmara dos Deputados pelo prazo de 90 dias;

- ii) a suspensão de suas atividades internas no partido, inerentes ao cargo de vice-presidente do Diretório Estadual de São Paulo;
 - iii) a retirada da sua importante função de vice-líder da bancada do PDT na Câmara dos Deputados;
- d) o PDT agiu de forma maliciosa e contrária à previsão normativa contida no art. 64 do seu próprio Estatuto, haja vista que, além de não ter feito a notificação pessoal, enviou a notificação sobre a instauração do procedimento administrativo disciplinar ao gabinete da deputada, durante o recesso parlamentar e sem a documentação necessária à apresentação de sua defesa;
- e) houve descumprimento do art. 70 do Estatuto, pois – apesar de o referido dispositivo estabelecer que o prazo máximo de duração do procedimento disciplinar seja de 60 dias – o procedimento instaurado contra ela está paralisado desde a decisão de sua suspensão, ocorrida em 17.7.2019;
- f) ao saber que a presente ação seria ajuizada, o presidente do PDT – Carlos Lupi – atacou a requerente por meio de manifestações proferidas na entrevista concedida para o *site* UOL, que “*o PDT fez questão de coloca[r] em sua página oficial na rede social INSTAGRAM, o que demonstra tratar-se de posição oficial da agremiação*” (ID 17710688, p. 24);
- g) antes de se candidatar e de se filiar ao PDT, a requerente firmou uma carta de compromisso entre a agremiação e o movimento Acredito, com o objetivo de garantir que ela e os demais membros do movimento, uma vez filiados ao PDT, teriam autonomia para exercer seus mandatos, mantendo suas identidades políticas;

h) mesmo ciente das liberdades conferidas por meio da referida carta de compromisso, a requerente sempre respeitou as diretrizes e as posições do PDT, tanto que *“vem pautando sua atuação em favor da educação e em defesa das bandeiras defendidas historicamente pela agremiação”* (ID 17710688, p. 34);

i) sempre se mostrou favorável à reforma de previdência e, antes mesmo da votação da reforma, já deixava clara a intenção de seu voto, baseado em sua convicção de que, se o sistema previdenciário brasileiro não for alterado, ele não será capaz de garantir o futuro de milhões de aposentados;

j) foi contra a proposta inicial de reforma previdenciária apresentada pelo Governo Bolsonaro em fevereiro de 2019, pois vários dispositivos feriam frontalmente direitos constitucionais, o que demonstra que a requerente sempre observou os ditames defendidos pelo PDT;

k) quase três meses após a Convenção Nacional do PDT – ocorrida no dia 18.3.2019, na qual o partido votou um fechamento de questão contra a reforma previdenciária apresentada pelo Governo Bolsonaro –, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados apresentou uma proposta de reforma com alterações significativas em relação ao conteúdo daquela original apresentada pelo Governo, evidenciando, portanto, que *“a proposta que recebeu o [seu] voto favorável [...] não foi a mesma que foi objeto do fechamento de questão pelo PDT”* (ID 17710688, p. 54);

l) durante a tramitação da proposta na Câmara dos Deputados, a requerente buscou dialogar com seus companheiros de partido e sugeriu a realização de novas reuniões e convenções para que todos os filiados discutissem sobre a tomada de posição frente ao

novo texto que seria votado, todavia, não obteve resposta a esses pleitos;

m) tem convicção absoluta de que sua posição política como parlamentar sempre foi alinhada às diretrizes partidárias do PDT, sendo *“importante destacar que a proposta que foi votada não se distancia da que foi apresentada pelo PDT, por seu então candidato Ciro Gomes, quando da campanha eleitoral de 2018 ao cargo de Presidente da República”* (ID 17710688, p. 58);

n) é notório que, durante a campanha eleitoral de 2018, o próprio PDT adotou o discurso de seu candidato à Presidência da República, de que a reforma previdenciária seria necessária para garantir que o povo brasileiro receba a sua aposentadoria no futuro;

o) como não houve posicionamento do PDT acerca da proposta reformulada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, a requerente entendeu que poderia votar favoravelmente ao substitutivo da reforma da previdência, haja vista que o fechamento de questão pelo partido se referia somente à proposta inicial apresentada pelo Governo Federal;

p) o fato de ter votado favoravelmente ao substitutivo da reforma não é suficiente para justificar a perseguição que vem sendo praticada pelos dirigentes do partido que, embora tenham declarado abertamente o desinteresse em mantê-la no quadro partidário, desejam *“mantê-la presa à agremiação, forçando-a a se desfiliar do Partido, com único intuito de permanecer com sua cadeira de Deputada Federal”* (ID 17710688, p. 65);

q) além de permanecer suspensa de suas atividades de vice-líder da bancada do PDT e de vice-presidente do Diretório Estadual, ela também está impedida de ingressar em novas comissões da Câmara dos Deputados e de praticar qualquer ato

em nome do partido, por força do procedimento administrativo disciplinar que continua paralisado desde o dia 17.7.2019;

r) a conduta do PDT no seu caso caracteriza grave situação de discriminação, pois nenhum outro parlamentar sofreu tamanha repressão, a exemplo da Senadora Kátia Abreu, que, *“embora tenha adotado igual posição à da Requerente, favorável à Reforma, não atraiu ataques por parte do PDT, conforme as declarações dos principais líderes do Partido, que chegaram a garantir que ela não seria punida”* (ID 17710688, p. 77);

s) o Tribunal Superior Eleitoral já firmou o entendimento de que há justa causa por discriminação política pessoal quando o parlamentar começa a ser, subitamente, desprestigiado pelo partido, bem como quando este perde espaço de atuação e voz na agremiação partidária, fatos que representam exatamente a situação vivenciada pela requerente dentro do PDT, ao qual ainda está filiada, apesar de seus dirigentes partidários terem sugerido diversas vezes que ela deveria dele se desfiliar, dando *“demonstração explícita de que a mesma parlamentar não é bem-vinda na Agremiação, nem sequer terá legenda para disputa eleitoral no Partido”* (ID 17710688, p. 94).

Requer que seja reconhecida a existência de justa causa para a sua desfiliação partidária sem a perda de mandato e protesta pela produção de todos os meios de provas em direito admitidos, notadamente a juntada de documentos e a oitiva de testemunhas.

Citado, o Diretório Nacional do Partido Democrático Trabalhista apresentou contestação (ID 18357638), requerendo o julgamento de improcedência do pedido. Afirma, nesse sentido, que:

a) não há falar em perseguição, pois todos os parlamentares que votaram favoravelmente à reforma da previdência sofreram as mesmas sanções, incluindo o caso da Senadora Kátia Abreu, citado pela requerente;

b) quanto à alegação da requerente de que houve desrespeito de prazo pela Comissão de Ética Partidária, cumpre demonstrar que, *in limine*, o afastamento da parlamentar se fez necessário para a manutenção da política da agremiação e que o prazo previsto no art. 70 do Estatuto é apenas impróprio. Além disso, a deputada recebeu via correio o inteiro teor da reclamação;

c) não há dúvidas de que a orientação do partido foi expressamente determinada para votar contra a reforma da previdência desde a Convenção realizada em março de 2019, pois seu texto básico foi mantido e *“ninguém ousa dizer que isso é afronta à independência parlamentar”* (ID 18357638, p. 7);

d) a matéria objeto de votação, especialmente a contida no texto básico da proposta de reforma previdenciária, era prejudicial à população mais humilde, por isso todos os integrantes da bancada tinham o dever de rejeitá-la, mesmo após as alterações e as emendas propostas, *“inclusive de iniciativa da própria bancada do PDT, com o objetivo certo de minimizar as perversidades formatadas naquele texto em detrimento das bandeiras adotadas pelo PDT”* (ID 18357638, p. 8);

e) durante o normal e estatutário processo de formulação e formação de opinião partidária, a parlamentar requerente em nenhum momento formulou opinião contrária à decisão tomada pela agremiação, razão pela qual o *deficit* ético partidário é identificável pelo fato de, além de ter silenciosamente votado em desalinho com a orientação partidária, a parlamentar promoveu *“críticas extramuros da legenda, que culminam ‘viralizadas’ na internet, para justificar o extravio da opinião partidária formada em processo democrático”* (ID 18357638, p. 9);

f) sua suspensão de 90 dias não pode ser qualificada como perseguição pessoal nem como sanção demasiada, mas, sim,

como pena provisória proporcional à conduta perpetrada pela requerente;

g) não há falar em tratamento discriminatório, pois – além de o voto favorável da Senadora Kátia Abreu ter ocorrido em um momento diverso do processo legislativo – *“não se descarta a submissão da referida parlamentar também ao crivo da Comissão de Ética”* (ID 18357638, p. 11);

h) os vários episódios de dissidência da parlamentar requerente e suas aparições em redes sociais e televisivas, manchando a imagem do partido, são a verdadeira causa *“do prejuízo à imagem que diz sofrer, e não a crítica fundada, justa, de alguns quadros partidários que se postaram em defesa do partido até como medida de reação às suas atitudes largamente disseminadas nas redes sociais”* (ID 18357638, p. 11);

i) o partido visa unicamente proteger os fundamentos da democracia e repudia qualquer tentativa de sobreposição de interesses privados à legenda, como parece agir a requerente;

j) é amplamente sabido que o mandato pertence ao partido e a troca de legenda requerida pela parlamentar caracteriza ato de infidelidade partidária, salvo se comprovada a justa causa, o que não ocorre no presente caso. Cita precedentes;

k) ao sustentar que a agremiação a discrimina, a requerente não demonstra de que forma ocorre essa conduta, tampouco demonstra se há tratamento distintivo, injusto e que impossibilite a convivência partidária;

l) a carta de compromisso firmada entre o PDT/SP e o movimento Acredito não pode prevalecer sobre as normas previstas na Constituição Federal e na Lei dos Partidos Políticos, nem sobre as deliberações do Diretório Nacional e da Executiva Nacional do PDT, porquanto tal documento – além de ser nulo e não

especificar seu conteúdo – “*não tem valia jurídica para abrogar ou derogar qualquer dispositivo do estatuto da mencionada agremiação, haja vista, como é fator apodítico intra e extra muros jurídicos, que atos de vontade não podem colidir contra o caráter deontológico de normatizações vinculantes*” (ID 18357638, p. 43);

m) a Justiça Eleitoral não deve se intrometer nas questões referentes ao funcionamento íntimo dos partidos políticos, que geralmente “*são trazidas sob a roupagem de ‘grave discriminação pessoal’ ou ‘desvio reiterado de programa partidário’, na tentativa de tentar driblar o princípio da legalidade e os princípios inspiradores dos partidos políticos para a consecução dos interesses pessoais no mandato parlamentar*” (ID 18357638, pp. 52-53);

n) a requerente não foi capaz de demonstrar que as situações por ela vivenciadas junto ao PDT se enquadram no conceito jurídico de “grave discriminação pessoal”, cuja configuração dependeria da existência cumulativa de tratamento distintivo, injusto e que torne impossível a convivência partidária, o que não ocorreu no caso, pois todas as normas estatutárias e constitucionais foram observadas pelo PDT.

Pugna pela total improcedência da presente ação e requer a produção de prova suplementar, notadamente a oitiva das testemunhas por ele arroladas.

A requerente, por sua vez, apresentou réplica (ID 19067288), pela qual aduz que:

a) ao contrário do que afirma o partido requerido, ainda que tenha tido oportunidade de se manifestar, o procedimento administrativo disciplinar se deu de forma desproporcional, com o claro objetivo de achincalhá-la e causar repercussão negativa à sua honra e à sua imagem;

b) apesar de ter sido notificada da instauração do procedimento disciplinar, ela não teve acesso à integralidade do que se processava em seu desfavor, o que foi até mesmo reconhecido pelo partido;

c) como a sua comunicação com o PDT era praticamente inexistente – considerando as inúmeras declarações públicas já realizadas pelos “cabeças” do partido –, não havia a menor possibilidade de a agremiação lhe enviar as cópias completas da representação, *“uma vez que seu intuito [do PDT] era justamente de prejudicá-la”* (ID 19067288, p. 7);

d) é incontroverso que houve extrapolação do prazo para o julgamento do procedimento administrativo, haja vista que, *“ainda que se considere que o prazo previsto no Art. 70 do Estatuto trata apenas do parecer/manifestação da CNEP [...], o parecer também só foi proferido após o aludido prazo, o que, novamente, desrespeitou o estatuto do Partido, e demonstra não só o descaso da agremiação para com a Requerente, mas, também, seu intuito de protelar o julgamento daquele feito”* (ID 19067288, p. 8);

e) a posição adotada pela parlamentar com relação à reforma da previdência em nada se diferencia quanto aos pontos defendidos pelo vice-presidente do PDT, Ciro Gomes, em seu programa de governo à candidatura da Presidência da República, fato comprovado pela juntada de documentos e tornado incontroverso pela ausência de manifestação do PDT em sentido contrário;

f) diversamente do que foi afirmado na defesa do PDT, *“a posição por ela adotada foi justamente no sentido de vetar quaisquer dispositivos nocivos ao trabalhador [...], tendo se manifestado contrariamente ao projeto de Reforma apresentado pelo Executivo, e vetado todos os pontos que entendeu prejudiciais”*, bem como *“apresentou todas as questões que*

acredita serem necessárias para sua aprovação, garantindo que a Reforma – embora não fosse a ideal – ao menos trouxesse o equilíbrio da economia, sem prejudicar de forma contundente a população” (ID 19067288, p. 14);

g) o processo disciplinar instaurado contra ela é *“mais uma manobra do Partido visando prejudicar a ora Requerente, já que este vem protelando o julgamento do procedimento por ele mesmo instaurado, com intuito de manter esta Requerente de ‘mãos atadas’ dentro da própria agremiação”,* cujos dirigentes querem *“vé-la ‘sangrar’ até pedir sua desfiliação, mantendo-se, assim, a cadeira na Câmara dos Deputados nas mãos do Partido, bem como a fatia respectiva relativa aos recursos do fundo partidário” (ID 19067288, pp. 17-18);*

h) é patente que o PDT lhe conferiu tratamento desigual apto a caracterizar justa causa para a sua desfiliação partidária, haja vista que a Senadora Kátia Abreu não sofreu nenhuma represália do partido, apesar de também ter votado favoravelmente à Reforma da Previdência;

i) ao contrário do que tenta fazer crer a defesa do PDT, o voto favorável por ela proferido não seria motivo de surpresa, pois, além de sempre ter deixado clara a sua posição sobre a necessidade de reforma da previdência, *ela “possuía autonomia para tanto, que lhe fora garantida pelo próprio Partido”,* haja vista que *“foi firmada uma carta-compromisso entre o Partido e o Movimento ACREDITO, visando salvaguardar a [sua] liberdade de atuação” (ID 19067288, p. 25);*

j) a discriminação que vem sofrendo por parte da agremiação partidária está comprovada pelas desproporcionais sanções disciplinares que lhe foram aplicadas, bem como pelas declarações públicas feitas pelos seus dirigentes partidários, que chegaram a aduzir que a sua filiação foi um erro por eles

cometido, dando repercussão midiática nacional a intenção partidária de “se livrar” dela, fatos que não ocorreram em relação aos demais parlamentares que também deram voto favorável à reforma da previdência;

k) foi amplamente comprovada a justa causa para o pedido de desfiliação partidária, conforme os requisitos exigidos pela Lei dos Partidos Políticos e de acordo com a jurisprudência do TSE.

Reafirma, por fim, que foi alijada de várias atividades partidárias e que há um “clima de animosidade e perseguição” entre ela e os dirigentes do partido.

O Ministério Público Eleitoral, em seu parecer preliminar, opinou pelo deferimento do pleito de produção de prova formulado pelas partes, com o regular prosseguimento do feito (ID 19509638).

Por decisão de 10.12.2019 (ID 20302988), deferi o pedido de produção de prova testemunhal, designando a data de 5 de março de 2020 para a colheita dos depoimentos pessoais e oitiva das testemunhas arroladas pela requerente e pelo partido requerido em audiência de instrução.

Após pedido do partido requerido em substituir uma testemunha (ID 23640788) e a resposta contrária da parlamentar requerente a essa substituição, em despacho de ID 24285888, deferi o pedido de substituição de testemunha formulado pelo partido requerido, e os autos me vieram conclusos para decisão.

Na data designada, procedeu-se à colheita, em sede de audiência de instrução, dos depoimentos das testemunhas arroladas pelas partes (ID 38358188).

Encerrada a fase de instrução, o requerido apresentou suas alegações finais (ID 38922838), nas quais reitera os argumentos da contestação, acrescentando que:

- a) não há falar em grave discriminação dirigida à requerente, pois as sanções disciplinares também foram aplicadas aos oito parlamentares dissidentes;
- b) as notícias jornalísticas que compõem a petição inicial não podem ser utilizadas para comprovar a alegação de que a requerente vem sofrendo massacre do PDT na mídia, pois consistem em reportagens que ostentam grande teor sensacionalista e que *“fazem ilação dos fatos, sem, com isso, veicular a veracidade e a literalidade dos pensamentos dos dirigentes partidários do PDT”* (ID 38922838, p. 7);
- c) apesar de a requerente ter afirmado em audiência que – após o seu voto discrepante sobre a reforma da previdência – não há mais comunicação entre ela e o PDT, *“não há comprovação alguma de falta de comunicação ou de abandono partidário. Também não há comprovação de que a Acionante está a sofrer desprestígio da sua base”* (ID 38922838, p. 7);
- d) o posicionamento dos dirigentes partidários do PDT, veiculado nas reportagens trazidas aos autos pela requerente, caracteriza apenas uma nítida manifestação de censura à conduta imprópria da deputada, mas não constitui motivo apto a caracterizar grave discriminação partidária;
- e) pelo depoimento do Deputado Federal Darci Pompeo de Mattos, é possível inferir que o desprestígio partidário alegado pela requerente não ocorreu;
- f) o comportamento da requerente de votar contrariamente aos interesses do partido e depois alegar perseguição reflete *“um menoscabo à importância dos partidos políticos e uma nítida inclinação para a entronização da personificação da vontade popular”* (ID 38922838, p. 9);

g) apesar de a Senadora Kátia Abreu também ter votado favoravelmente à Reforma da Previdência, ela foi eleita por outro partido político e o mandato de senadora não pertence ao partido, fato que legitima a adoção de soluções diversas;

h) não há falar em grave discriminação pessoal tampouco em aplicação de sanção arbitrária ou ilegal, porquanto o PDT aplicou o mesmo procedimento a todos os parlamentares dissidentes e todas as etapas procedimentais seguiram as determinações do Estatuto do partido;

i) o prejuízo à imagem da requerente não decorre de eventuais manifestações dos dirigentes partidários, mas *“da sua postura política, de atuar como se estivesse num pedestal de intocabilidade em relação às críticas de militantes, o que em política não pode prevalecer”* (ID 38922838, p. 13);

j) o afastamento da autora da vice-liderança do partido não caracteriza perseguição, pois a ocupação dessa função requer alguns requisitos em prol do partido, que não estão presentes em quem *“comprovadamente não quer seguir o princípio da unidade da ação partidária”* (ID 38922838, p. 14);

k) não há falar em violação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, pois, além de a medida cautelar de suspensão aplicada pelo PDT ter sido tomada em estrita aderência à natureza da gravidade da conduta perpetrada, *“a Acionante continuou a exercer plenamente os cargos nas comissões nas quais faz parte, sem ter seu acesso mitigado pela liderança do PDT”* (ID 38922838, p. 21);

l) de acordo com os depoimentos de Carlos Lupi, da Deputada Juliana Brizola, do Deputado André Peixoto e do Deputado Darci Pompeo de Mattos, várias reuniões e encontros foram realizados pelo PDT para fins de fechamento do posicionamento partidário acerca da Reforma da Previdência, razão pela qual *“não há falar*

em irregularidade ou em surpresa acerca da decisão tomada pelo Partido, que tem a luta pelos direitos dos mais pobres como sua bandeira principal” (ID 38922838, p. 31);

m) o fato de a proposta de reforma previdenciária ter sido modificada no curso do processo legislativo não autorizava a acionante a votar de forma diversa do que havia sido decidido no fechamento de questão por parte da Direção Nacional, haja vista que:

i) o PDT adota o princípio da unidade de ação partidária, segundo o qual o partido marca a sua posição no espectro político-partidário pela obediência à tomada de posições estratégicas da Direção Nacional e à repercussão diferenciadora do partido perante a população, evitando-se a manifestação de interesses individualistas;

ii) *“as decisões tomadas acerca da reforma da previdência foram tomadas em conjunto, com consenso da maioria, sem que nenhum dos deputados dissonantes apresentassem quaisquer contestações nos âmbitos das reuniões”* (ID 38922838, p. 32);

iii) não pode prosperar a alegação de que o fechamento de questão deveria ser levado em sua concepção literal, para contemplar apenas o projeto original, pois, *“no quotidiano parlamentar, no processo de decisão das bancadas, onde há dinâmica própria, não se pode esquivar a necessária adequação às transformações que os projetos de lei vão assumindo em normal aperfeiçoamento político processual”* (ID 38922838, p. 33);

iv) como a matéria de votação contida no texto básico era prejudicial, especialmente para a população mais humilde, *“ainda que num segundo momento, a partir da sobrevivência desse texto básico, haja a salutar intenção de*

buscar a minimização de tais nocividades contra a classe trabalhadora e os mais humildes – com a apresentação de emendas, destaques e tudo o mais que os regimentos permitam – e a eventual obtenção de melhor resultado, não descarta, não afasta a desobediência ao preceito da unidade da ação partidária” (ID 38922838, p. 35);

v) a carta do movimento Acredito não tem o condão de afastar os princípios versados na Lei dos Partidos Políticos. Além disso, a referida carta versava sobre o princípio da liberdade de expressão, *“que sempre foi resguardado pelo PDT, independente de carta ou qualquer documento do gênero, todavia, o compromisso com a liberdade de expressão e pensamento nunca desembocou em livre atuação partidária, ainda mais quando para impingir os direitos dos trabalhadores, os quais ocupam o cerne de atuação do partido”* (ID 38922838, p. 37);

n) não há dizer que o teor das modificações implementadas na Reforma da Previdência se parecia com o texto das propostas que o Ciro Gomes defendeu nas campanhas como presidenciável, pois o próprio Ciro Gomes apresentou reunião de exposição do motivo pelo qual o PDT deveria se posicionar contra a Reforma da Previdência durante o processo legislativo;

o) *“se algum cidadão recorre ao manto de determinado partido político para agasalhar seus ideais é porque, no mínimo, tem algum alinhamento ideológico com a grei partidária, devendo, bem por isso, pautar o comportamento em consonância com as ideologias professadas pelo Partido”, e, no caso em análise, “deflui-se que historicamente a Previdência Social, moldada pelo diapasão de proteção da classe trabalhadora, constitui-se [como] uma bandeira histórica do Partido Democrático Trabalhista,*

constituindo-se como um de seus pilares existenciais” (ID 38922838, pp. 40-41);

p) o PDT nunca limitou a liberdade dos parlamentares no exercício dos mandatos, todavia, estes devem atuar em consonância com os princípios e os ideais partidários, sendo incontestado que este partido nunca apoiou a retirada dos direitos dos trabalhadores e sua atuação *“sempre teve como norte a salvaguarda e a efetivação dos direitos sociais, no que o espírito partidário já está timbrado na esfera política dos cidadãos, que votam em candidatos filiados ao Partido com a segurança de que aqueles ideais serão postos no plano da facticidade” (ID 38922838, p. 42);*

q) a liberdade de atuação dos parlamentares não é absoluta, pois a Lei dos Partidos Políticos estabelece que o parlamentar deve subordinar a sua atuação aos princípios doutrinários e programáticos e às diretrizes estabelecidas pelo Estatuto Partidário, razão pela qual se discorda *“de que o instituto da fidelidade partidária envolve somente os atos partidários, não alcançando os atos legislativos típicos”,* haja vista que *“o raio de atuação da livre consciência do parlamentar no exercício de atos legislativos típicos deve encontrar limites nos posicionamentos legitimamente adotados pelos Partidos Políticos, desde que guardem estrita sintonia com os objetivos partidários estampados no estatuto. É por isso que o partido submete a temática sensível ao ‘fechamento de questão’, mediante a promoção de reuniões, palestras e debates, com o fito de esclarecer os pontos a serem votados, como aconteceu no caso em apreço” (ID 38922838, pp. 47-49);*

r) para definir o fechamento de questão acerca dos votos dos parlamentares no processo legislativo da Reforma da Previdência, o PDT realizou diversos encontros e reuniões de

bancada, dando efetividade à democracia intrapartidária, sem a ocorrência de eventuais pedidos de renovação dos atos partidários ou de insurgência quanto à postura adotada pelo partido. Dessa forma, ao votar favorável à Reforma da Previdência, a requerente *“desprez[ou] o posicionamento do partido pelo qual foi eleita, que só fechou questão em dois pontos específicos da história política brasileira, e votou em ordem a desprezar toda construção partidária do PDT”* (ID 38922838, p. 51);

s) não há falar em justa causa para a desfiliação partidária da requerente, pois – além de esta Corte ter entendimento jurisprudencial pela insuficiência do valor probatório de matéria jornalística – as matérias jornalísticas colacionadas à petição inicial trazem manifestações dos dirigentes partidários do PDT acerca dos vilipêndios às diretrizes partidárias, sem que houvesse nenhum tipo de ataque à sua esfera particular ou à sua integridade moral;

t) no caso em tela, *“os dirigentes partidários valeram-se das normas estatutárias para perseguir e, se for o caso, punir o comportamento impróprio da Acionante, que se não comungou da atitude tomada, deveria valer-se das regras do estatuto para lançar mão dos procedimentos correlatos à matéria, não sendo razoável supor que tal fato possa constituir justa causa para desfiliação partidária”* (ID 38922838, p. 53);

u) *“o instituto da desfiliação partidária não pode ser vilipendiado por questões triviais, próprias do cotidiano dos embates políticos e da necessidade da coesão e harmonia que devem ser o esteio da vida partidária”* (ID 38922838, p. 54).

Requer, ao final, que os pedidos formulados por Tábata Cláudia Amaral de Pontes sejam indeferidos, negando-se a existência de justa causa para a desfiliação partidária da requerente.

Por sua vez, a requerente reitera, em suas alegações finais (ID 39085938), os termos da petição inicial e da réplica apresentada à contestação, sustentando, ainda, que:

a) o massacre que sofreu (e continua sofrendo) por parte da Direção do PDT – por ter votado favoravelmente à proposta da Comissão Especial da Câmara que analisou a Reforma da Previdência – está consubstanciado em imputações inconcebíveis, haja vista que ela *“JAMAIS vendeu seu voto ao governo ou a qualquer organização, NÃO milita em organização clandestina, NÃO pratica qualquer forma de corrupção, NÃO É financiada por ‘banqueiros’ ou pelo ‘grande capital’, NÃO É subordinada a qualquer empresário ou organização [...] exerce seu mandato com ética e honradez, prestando contas de seus atos aos seus eleitores e com a consciência tranquila de que sempre honrou seus compromissos políticos, seja na atuação parlamentar, seja na esfera partidária; no âmbito dos movimentos e organizações da sociedade civil nos quais atua; ou como cidadã, indignada com as práticas retrógradas que se mostram escancaradas na forma que a Parlamentar vem sendo atacada por altos dirigentes partidários”* (ID 39085938, pp. 12-13);

b) por considerar que o seu voto na Reforma da Previdência teria configurado ato de “infidelidade partidária”, o partido requerido realizou verdadeira retaliação e grave discriminação contra ela, imputando-lhe a pecha de “traidora” e de “vendida”, conforme comprovam as reportagens e os inúmeros documentos trazidos aos autos, que foram, inclusive, corroborados em audiência;

c) como ato de punição pelo seu voto favorável à Reforma da Previdência, o PDT instaurou procedimento administrativo disciplinar e lhe aplicou gravosas penalidades, antes mesmo do efetivo julgamento desse procedimento, o qual alcançou “*enorme*

repercussão midiática em desfavor da ora Deputada, ao que parece, de forma proposital para ser ‘cancelada’ perante toda a sociedade” (ID 39085938, p. 13);

d) apesar de o art. 70 do Estatuto do PDT estabelecer prazo de 60 dias para a duração dos procedimentos disciplinares, no seu caso, o partido requerido – além de ter decretado a suspensão de suas atividades perante a Câmara dos Deputados pelo prazo de 90 dias – não deu nenhum andamento ao procedimento administrativo contra ela instaurado, desde a apresentação de sua defesa, ocorrida em julho de 2019;

e) além das diversas declarações ofensivas na mídia e da suspensão de suas atividades parlamentares, o PDT recentemente decidiu, de forma totalmente arbitrária, destituir o Diretório Estadual de São Paulo – do qual a requerente fazia parte, no cargo de vice-presidente, desde o início de março de 2019 – e nomear uma nova comissão provisória, sem a presença da requerente, que só tomou conhecimento da destituição do cargo que ocupava ao consultar as informações no *site* do Tribunal Superior Eleitoral e perceber a existência de uma nova comissão provisória desde 12.9.2020;

f) em vez de prorrogar o mandato dos membros do Diretório Estadual de São Paulo, o PDT *“simplesmente dissolveu o Diretório, ao arrepio das diretrizes estabelecidas antes pelo Estatuto Partidário e, desprestigiando publicamente a Requerente, nomeou nova Comissão Provisória sem a participação da Deputado Federal Tabata Amaral, muito embora esta tivesse desempenhando um grande papel intrapartidário”* (ID 39085938, p. 20);

g) a discriminação e a perseguição que o PDT vem lhe impingindo são demonstradas pelo fato de que, além de alijá-la do Diretório Estadual de São Paulo, o partido continua a atacá-la

por meio dos seus principais representantes, citando como exemplo “a entrevista dada por *Ciro Gomes*, no início do mês de agosto, para o site *Yahoo Brasil*, mencionando, novamente, a *Deputada Federal*, como ‘*muita decepção*” (ID 39085938, p. 20);

h) “na entrevista dada pelo *Vice-Presidente Nacional do PDT* é reiterada a alegação de *Partidos Clandestinos*, sobre os movimentos, como o *ACREDITO*, do qual a *Deputada* faz parte, insistindo na suposta *traição da Requerente*”, fato que demonstra que “os ataques e os atos ilegais praticados pelo Partido não cessaram à época, sendo que, ainda no corrente mês, ela continua sendo *FRITADA* pelos dirigentes do Partido Requerido, o que só evidencia toda a discriminação que a *Requerente* continua sofrendo, e continuará enquanto permanecer filiada” (ID 39085938, p. 21);

i) antes de votar a favor do substitutivo da Reforma da Previdência, “em diversas oportunidades a requerente já havia se manifestado no sentido da necessidade de uma Reforma da Previdência que fosse socialmente justa e viável do ponto de vista fiscal, reduzindo desigualdades e quebrando privilégios (vide ID’s 17711088, 17650238 e 17711638). Inclusive, até mesmo o *PDT* e seu candidato à *Presidência* *Ciro Gomes*, um dos principais líderes do Partido, também seguiam a mesma linha de raciocínio sobre a necessidade de reforma da previdência” (ID 39085938, p. 27);

j) “não houve, em nenhum momento, fechamento de questão sobre a reforma da previdência votada pela ora *Requerente*, mas sim do texto inicial da Proposta apresentada originalmente pelo governo na reunião do dia 18/03/2019 – diversa daquela votada pela *Requerente*. Tal fato, inclusive, também foi corroborado pelo *Presidente do partido*, *Carlos Lupi*, [...] em audiência realizada perante este *C. TSE*” (ID 39085938, pp. 28-29);

k) o próprio presidente do PDT confirmou – em seu depoimento perante este Tribunal – *“a posição da Requerente, que além de nunca ter discordado sobre a rejeição da proposta inicial, apresentada pelo Governo do Jair Bolsonaro, mas também sua intenção de se aprofundar, junto com o Partido, de melhor análise da Reforma da Previdência, visando aperfeiçoar o projeto, já que, de qualquer modo, seria necessária a aprovação de uma reforma da previdência”* (ID 39085938, p. 29);

l) ratificou, em seu depoimento, que ela e outros parlamentares pediram diversas vezes que o PDT realizasse novas reuniões para debater o novo texto da Reforma da Previdência – que era muito mais parecido com o texto que o Ciro Gomes defendeu na campanha presidencial –, mas o PDT não realizou nenhuma outra reunião para que os parlamentares pudessem se posicionar sobre a novo texto da Reforma;

m) de acordo com o depoimento do Deputado Eduardo Henrique Maia Bismarck – colhido nos autos da Ação de Desfiliação Partidária por Justa Causa (Pet 0600635-59.2019.00.0000), movida pelo Deputado Gilliano Cutrim, também em face do PDT –, *“restou expressamente confirmado que (i) só houve uma reunião para tratar sobre a reforma da previdência; (ii) que a reunião tratou da proposta da previdência apresentada pelo Executivo – e que não foi a mesma aprovada pelos Deputados; (iii) que a proposta aprovada pelos Deputados era muito próxima do substitutivo apresentado pelo PDT; e (iv) que houve manifestação dos parlamentares pleiteando novas reuniões para discutir o novo projeto com as alterações realizadas”* (ID 39085938, p. 31);

n) apesar de o presidente do PDT ter mencionado, em seu depoimento perante este Tribunal, que foram realizadas diversas reuniões para tratar da Reforma da Previdência, *“todas as*

reuniões mencionadas se trataram, a bem da verdade, de meros encontros informais, sem qualquer ‘notificação’ dos Parlamentares para comparecerem e expressarem seus votos ou posições, muito embora já fosse claro ao partido a posição desta Requerente frente à reforma. Ademais, as supostas reuniões apontadas sequer mencionaram o assunto reforma da previdência, mas, tão somente, temas diversos relacionados à agremiação, como por exemplo: designação de comissões provisórias estaduais, assuntos gerais, designação de convenções municipais, entre outros, sendo que, ainda, a grande maioria das demais reuniões, de acordo com as atas juntadas naquele feito, foram realizadas somente APÓS o voto do parlamentar sobre a reforma da previdência” (ID 39085938, pp. 34-35);

o) “sempre tentou dialogar com seus companheiros de Partido visando alcançar formas de aperfeiçoar a proposta, sugerindo, por mais de uma vez, a realização de novas reuniões para que todos os filiados discutissem sobre a tomada de posição efetiva frente ao novo texto que seria votado – o que restou infrutífero.” (ID 39085938, p. 36);

p) “a proposta que recebeu o voto favorável da reforma da previdência pela ora Requerente, possui uma convergência na maior parte dos pontos apresentados com a proposta do próprio PDT, apresentada por Ciro Gomes nas últimas eleições de 2018, conforme comprovado pela Tabela juntada no ID 17641288 e da qual, ainda, o Requerido sequer se manifestou, tornando incontroverso tal fato” (ID 39085938, p. 37);

q) também se tornou incontroversa a alegação de que “o próprio Partido também já ter[ia] se manifestado favoravelmente à reforma da previdência, o que comprova que esta Requerente

não divergiu completamente das diretrizes partidárias” (ID 39085938, p. 37);

r) se sentiu traída como eleitora, pois, nas Eleições de 2018, votou no Ciro Gomes e votou no PDT, acreditando na promessa de que iriam defender a responsabilidade fiscal junto com a inclusão social, sendo esse um dos motivos para o seu voto favorável ao novo texto da reforma, que é muito parecido com a proposta de campanha do referido candidato;

s) não deve ser aceita a alegação de suposta infidelidade partidária, haja vista que ela *“sempre respeitou as premissas adotadas pelo PDT, e estava buscando o melhor para o Brasil, tendo se manifestado contrariamente ao projeto de Reforma apresentado pelo Executivo, e vetado todos os pontos que entendeu prejudiciais [...], garantindo que a Reforma – embora não fosse a ideal – ao menos trouxesse o equilíbrio da economia, sem prejudicar de forma contundente a população” (ID 39085938, pp. 40-41);*

t) a despeito de o presidente do PDT ter declarado em seu depoimento que *“não houve ofensas pontuais e diretas à Deputada Requerente, e que a mídia é sensacionalista”, é importante destacar que, “além da manifestação na imprensa, o PDT fez questão de colocar em sua página oficial na rede social INSTAGRAM, a imagem ESTAMPADA da Requerente, o que demonstra tratar-se de posição oficial da agremiação, bem como o real direcionamento de seus ataques” (ID 39085938, pp. 43-44);*

u) as ofensas feitas à sua imagem não foram negadas pelo presidente do partido em audiência, mas apenas refutadas sob o argumento de que teriam sido “recíprocas”, todavia, sem ter apontado quais seriam os ataques por ela dirigidos ao partido;

v) o fato de o procedimento administrativo disciplinar instaurado contra ela estar pendente de julgamento há mais de um ano demonstra que *“a direção do Partido atuou (e continua atuando) de forma vil e ardilosa, agindo para querer vê-la “sangrar” até pedir sua desfiliação, mantendo-se, assim, a cadeira na Câmara dos Deputados nas mãos do Partido, bem como a fatia respectiva relativa aos recursos do fundo partidário”* (ID 39085938, p. 47);

w) *“desde o ajuizamento do processo administrativo até o término do prazo de suspensão aplicada, a Requerente ficou impedida de praticar qualquer ato em nome do Partido perante à Câmara, apenas em razão do voto por ele proferido no exercício de seu mandato de parlamentar, permanecendo apenas em uma comissão, por força de previsão estatutária que prevê que a Deputada deve fazer parte de, ao menos, uma Comissão perante a Câmara dos Deputados”* (ID 39085938, p. 48);

x) em seu depoimento, o presidente do PDT confessou que houve tratamento desigual entre a requerente e a Senadora Kátia Abreu, tendo *“confirmado que a Requerente só foi tratada dessa forma para, em outras palavras, ser forçada a deixar o Partido, pois assim estes ficariam com seu mandato, situação que não ocorreria com a Senadora, pelo fato de ser mandato ter ocorrido por eleição majoritária. No entanto, deixou de esclarecer a razão de o Partido não ter realizado declarações públicas, assim como fez com a Requerente, ou ao menos ter realizado uma advertência à Senadora”* (ID 39085938, p. 50);

y) a carta de compromisso firmada entre o Acredito e o PDT tinha a finalidade de alinhar as expectativas do partido com as do movimento, garantindo que, mesmo após se filiarem ao partido, os membros do movimento teriam autonomia para exercer seus mandatos, mantendo suas identidades políticas. Ademais, é importante salientar *“que os termos descritos na carta não eram*

obrigatórios de aceitação pelo Partido, mas sim inseridos após ampla negociação. Ou seja, o Partido poderia incluir termos que entendesse necessário, mas não o fez, aceitando toda a AUTONOMIA que foi frisada na referida carta” (ID 39085938, p. 57);

z) a discriminação sofrida pela requerente por parte do PDT está devidamente comprovada nos autos, haja vista que, após ter votado favoravelmente ao novo texto da Reforma da Previdência, foi “surpreendida com duras repressões do Partido e de seus dirigentes, que chegaram a aduzir que sua filiação foi um erro por eles cometido, além de ter determinado a suspensão de suas atividades parlamentares, como vice-líder de bancada do Partido NO MESMO DIA EM QUE PROFERIU SEU VOTO (ou seja, antes do ajuizamento do procedimento administrativo), tendo a impedido, ainda, de ingressar, em nome do PDT, em novas Comissões perante a Câmara dos Deputados, assim como nas atividades internas do Partido, onde figurava como Vice-Presidente do Diretório Estadual de São Paulo e que ainda foi DESTITUÍDA sem qualquer procedimento legal” (ID 39085938, pp. 64-65);

aa) este Tribunal já firmou entendimento no sentido de que:

i) a justa causa por grave discriminação política pessoal é aquela que “exige a demonstração de fatos certos e determinados que tenham o condão de afastar o mandatário do convívio da agremiação ou revelem situações claras de desprestígio ou perseguição” (AgR-REspe 1153-17, rel. Min. Luciana Lóssio, DJE de 31.10.2016);

ii) “a incomunicabilidade entre o parlamentar eleito pelo voto popular e os dirigentes de sua agremiação, bem como a redução da participação do candidato como membro titular das comissões da Câmara dos Deputados e/ou dentro do

Partido, também são aptos a ensejar a justa causa aqui tratada” (ID 39085938, p. 67);

bb) o caso da requerente se enquadra nos precedentes já firmados por este Tribunal, pois, além de ter sido surpreendida com o súbito desprestígio do partido, foi suspensa de suas atividades partidárias e impedida de entrar em novas Comissões na Câmara dos Deputados;

cc) em seu depoimento, o presidente do PDT deixou claro que não haverá mais espaço para a requerente dentro dos quadros partidários pelo fato de esta pertencer a um movimento apartidário, bem como comprovou a ausência de comunicação entre o partido e a requerente, tendo aduzido, inclusive, que *“enquanto não tiver decisão da justiça nós [PDT] não temos o que fazer. Depois da decisão da justiça nós vamos ver o diálogo, que tipo de diálogo, se há possibilidade desse diálogo, que tipo de conduta vamos ter”* (ID 39085938, p. 70);

dd) a alegação de que a nomeação da requerente para atuar na comissão do *homeschooling* comprovaria que o partido requerido tem boa relação com ela beira a má-fé, pois, *“ao que tudo indica, a nomeação ocorreu apenas para ‘maquiar’ uma boa relação com esta Parlamentar, mesmo quando os próprios dirigentes do Partido já declararam que não há comunicação com a parlamentar e que esta não possui mais espaço dentro da agremiação”* (ID 39085938, p. 71);

ee) a situação fática e documental verificada no caso em tela demonstra que a requerente vivenciou um súbito desprestígio e passou a sofrer intensa perseguição pelo partido requerido, que *“deixou claro o desejo de a Requerente realizar a sua desfiliação do Partido, tendo o principal líder da legenda, ex-ministro Ciro Gomes, reiterado a necessidade de a deputada deixar a agremiação, assim como o próprio presidente do Diretório do*

PDT Nacional e Estadual (SP) defendeu a saída da parlamentar” (ID 39085938, p. 71);

ff) a jurisprudência deste Tribunal também é firme no sentido de que *“o ‘clima de animosidade’ entre dirigentes do Partido e o Parlamentar, principalmente quando há ‘sugestões’ dos dirigentes para que o parlamentar deixe o Partido, também se enquadra na hipótese de justa causa por grave discriminação político pessoal (TSE - AgR-RO: 2371)”* (ID 39085938, p. 71).

Requer que a presente demanda seja julgada totalmente procedente *“para declarar judicialmente a existência de justa causa para desfiliação partidária, com a menção expressa no dispositivo que a Requerente faz jus à desfiliação partidária do Partido Democrático Trabalhista – PDT, podendo se filiar a outro Partido Político compatível com suas ideologias, sem a perda do cargo eletivo”* (ID 39085938, p. 73).

O Ministério Público Eleitoral apresentou parecer (ID 39120738), no qual se manifestou pela procedência do pedido, com o reconhecimento da presença de justa causa para desfiliação partidária da requerente, com base no art. 22-A, parágrafo único, II, da Lei dos Partidos Políticos e sob os seguintes argumentos:

a) o pacto de aliança celebrado entre o Partido Democrático Trabalhista e o movimento cívico intitulado “Acredito” – que estabelece salvaguardas e bandeiras políticas e do qual a requerente é uma das fundadoras – gerou expectativas e frustrações que culminaram com o ajuizamento da presente ação, em que ambos os lados discutem a força normativa, o alcance jurídico, o valor instituinte e a exigibilidade do referido acordo de vontade;

b) o fato de a Justiça Eleitoral assegurar a cogência das normas de Direito Eleitoral e de Direito Partidário não significa que os pactos celebrados dentro da autonomia partidária não devam ser cumpridos, que não sejam jurídicos ou que devam ser

unilateralmente interpretados e aplicados em favor de um lado ou em desfavor de outro;

c) a tentativa de desqualificação do pacto Acredito-PDT não afasta a possibilidade de alegação de justa causa pela requerente, pois, a despeito de o referido pacto se aproximar de uma norma jurídica imperfeita – por não estabelecer sanção por descumprimento –, *“ele é perfeitamente invocável para exigir que o PDT não faça, sobretudo reprimir quem de boa-fé ingressa no partido com a legítima expectativa de ser respeitado na sua identidade e na condição de associada a um movimento com autonomia preservada”* (ID 39120738, p. 15);

d) no presente caso, a requerente se queixa de represálias partidárias por ter votado de forma contrária à posição da sua legenda acerca da Proposta de Emenda Constitucional 6/2019, ou seja, no exercício do poder constituinte, momento em que *“um Deputado não pode[ria] ser comandado por um partido político”*, porquanto, *“do contrário, o poder constituinte passaria a residir na vontade dos partidos políticos, a qual se quer impor sobre aqueles que exercem mandatos eletivos e são a eles filiados”* (ID 39120738, pp. 30-31);

e) uma sanção disciplinar partidária deve apresentar os atributos da uniformidade e da impessoalidade, pois tal sanção decorre de condutas pelo filiado, independentemente do cargo que ele ocupa, pois *“a disciplina partidária existe para a paz no debate, não para a guerra no silêncio obsequioso”* e *“[q]uando o sistema disciplinar impinge temor e vingança, atesta-se o déficit de democracia partidária e o desvio de finalidade no ato sancionatório hábeis a reforçar a presença de justa causa para desfiliação”* (ID 39120738, p. 33);

f) a democracia demanda a existência de parlamentares atuantes e de partidos políticos com democracia intrapartidária,

de forma que, no caso dos autos, a manutenção da requerente dentro do PDT seria prejudicial a todos, haja vista que a saída da deputada não prejudicaria o PDT em recursos financeiros nem em tempo de propaganda;

g) a requerente não visa obter a revisão da sanção disciplinar aplicada pelo PDT, mas, sim, demonstrar que sofreu grave discriminação pessoal após ter proferido voto favorável à Reforma da Previdência;

h) apesar de o requerido ter afirmado que o posicionamento cobrado por suas lideranças tenha sido fruto de um debate constante entre os filiados do partido, *“não há nos autos registros de convocações das reuniões ou a pauta [...] o que reforça a versão dos fatos defendida na inicial no sentido da não ocorrência de efetiva deliberação intrapartidária sobre a matéria”* (ID 39120738, p. 36);

i) as provas dos autos, sobretudo as testemunhais, não retratam que a requerente tinha uma atuação parlamentar de oposição às orientações e às diretrizes do PDT, mas, sim, que a divergência entre as partes só ocorreu *“após o processo de modificação do projeto governista no âmbito das comissões temáticas da Câmara dos Deputados”* (ID 39120738, p. 37);

j) ao tomar conhecimento que a requerente votaria a favor da Proposta de Emenda Constitucional 6/2019, a presidência do partido requerido, em vez de intensificar o processo deliberativo intrapartidário, passou a proferir declarações midiáticas para atacar e ameaçar os parlamentares tidos como dissidentes, antes mesmo do término da votação da proposição legislativa;

k) *“no contexto do caso sob exame, a suspensão se converteu em medida mais danosa do que a própria expulsão, uma vez que esta permitiria aos parlamentares imediata migração partidária e consequente restabelecimento de suas atividades na Câmara*

dos Deputados, ainda que representando agremiação política diversa” (ID 39120738, p. 39);

l) “é forçoso reconhecer que a severidade de tratamento adotada pela presidência do partido requerido, somada à aplicação da mais dura penalidade prevista no estatuto da agremiação demandada, consubstanciam cenário no qual uma futura reconciliação entre partido e parlamentar se mostra de todo inverossímil” (ID 39120738, p. 39);

m) ainda que se reconheça que o partido requerido empreendeu debate interno sobre a Reforma da Previdência para o alegado “fechamento de questão”, não se pode aceitar que as orientações intrapartidárias sejam elevadas ao patamar de mandamentos inquestionáveis pelos parlamentares da legenda;

n) é evidente que houve discriminação, porquanto o partido requerido deu tratamento desigual a seus filiados, haja vista que não sancionou a Senadora Kátia Abreu, apesar de ter adotado a mesma conduta da requerente, votando favoravelmente à aprovação da Reforma da Previdência;

o) “em um contexto no qual a direção partidária, além de impor severa punição intrapartidária ao parlamentar, utiliza-se de meios midiáticos para repreender a atuação de seus quadros, atingindo a imagem destes junto ao seu eleitorado, as prerrogativas disciplinares do partido se transmutam em mecanismos de grave discriminação pessoal, justificando a quebra do vínculo partidário com manutenção do mandato eletivo sob os auspícios do parlamentar, conforme preleciona o art. 22-A, parágrafo único, II, da Lei dos Partidos Políticos” (ID 39120738, p. 45).

Por despacho (ID 39136338), facultei a manifestação do Diretório Nacional do PDT sobre a documentação acostada às alegações finais da requerente.

O requerido apresentou petição (ID 39931038) para postular a desconsideração das alegações formuladas nas fls. 19-21 do documento do ID 39085938, bem como o desentranhamento das certidões de IDs 39085988, 39086038 e 39086088, em razão do caráter extemporâneo das elucubrações ventiladas pela requerente.

Vieram-me, então, os autos conclusos para julgamento.

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO SÉRGIO BANHOS (relator): Senhor Presidente, conforme relatado, trata-se de ação declaratória de justa causa para desfiliação partidária, por meio da qual Tábata Cláudia Amaral de Pontes pretende se desligar do Partido Democrático Trabalhista (PDT), mantendo o mandato de deputada federal.

A representação processual está regular (ID 17640338).

Na petição inicial, a requerente postula o reconhecimento de justa causa para a sua desfiliação sem incidir em infidelidade partidária, sob a alegação de que, após ter proferido voto favorável à reforma de previdência, o PDT passou a praticar discriminação política pessoal, tendo a aliado das atividades da agremiação, com a suspensão de suas atividades como vice-líder da bancada do PDT na Câmara dos Deputados, com a proibição de ingressar em novas Comissões Legislativas e com a instauração de procedimento administrativo disciplinar visando a sua expulsão do partido.

Aduz que não houve posicionamento do PDT acerca da proposta reformulada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, e, assim, esta parlamentar entendeu que poderia votar favoravelmente à reforma da

previdência, o que ocasionou em um pedido desproporcional de expulsão da parlamentar e uma grave situação de discriminação, pois nenhum outro parlamentar sofreu tamanha repressão, a exemplo da posição adotada pela Senadora Kátia Abreu.

Por sua vez, o partido requerido contesta a pretensão jurídica da requerente afirmando que não há dúvidas de que a orientação do partido foi expressamente determinada para votar contra a reforma da previdência desde a convenção realizada em março de 2019, pois seu texto básico foi mantido e não houve nenhum elemento extraordinário que autorizasse a requerente a votar favoravelmente à citada reforma.

Sustenta que não há falar em perseguição, pois todos os parlamentares que votaram favoravelmente à reforma da previdência sofreram as mesmas sanções, incluindo o caso da Senadora Kátia Abreu.

Ao fim, argumenta que o mandato pertence ao partido e que a troca de legenda, requerida pela parlamentar, caracteriza ato de infidelidade partidária, salvo se comprovada a justa causa, o que não se verifica no presente caso.

Como se percebe, a causa de pedir está escorada em dois conjuntos de fatos: i) aqueles alusivos ao processo disciplinar perante a agremiação, instaurado a partir de suposto descumprimento de diretriz partidária na votação da chamada Reforma da Previdência; e ii) os relativos à suposta veiculação de ofensas à honra da parlamentar, por meio de manifestações oficiais da agremiação e de alguns de seus dirigentes.

Além desses fatos principais, a autora faz referência às circunstâncias de sua filiação à agremiação, as quais, segundo alega, seriam relevantes para a valoração dos fatos tidos como indicativos da alegada grave discriminação pessoal.

Feitos esses registros e ausente matéria preliminar, passo ao exame individual desses fatos.

I – Da filiação da autora ao PDT e do acordo entre a agremiação e os

integrantes do movimento Acredito.

A autora alega em sua exordial e reitera em alegações finais que, antes de se candidatar e de se filiar ao PDT, a requerente firmou uma carta de compromisso entre a agremiação e o movimento Acredito, com o objetivo de garantir que ela e os demais membros do movimento, uma vez filiados ao PDT, teriam autonomia para exercer seus mandatos, mantendo suas identidades políticas.

Sustenta que o voto proferido em favor do substitutivo da chamada Reforma da Previdência seria coerente com o pacto realizado entre a agremiação e os filiados oriundos do movimento Acredito, o que demonstraria a injustiça da punição sofrida no processo disciplinar ao qual foi submetida.

O PDT, por sua vez, afirmou que a carta-compromisso com o movimento Acredito não deve prevalecer sobre as normas partidárias previstas na Constituição da República e na Lei 9.096/95, ou mesmo sobre as deliberações do Diretório Nacional e da Executiva Nacional do PDT.

Defende que a referida avença, além de ser nula e não especificar seu conteúdo, “*não tem valia jurídica para abrogar ou derogar qualquer dispositivo do estatuto da mencionada agremiação, haja vista, como é fator apodítico intra e extra muros jurídicos, que atos de vontade não podem colidir contra o caráter deontológico de normatizações vinculantes*” (ID 18357638, p. 43).

O referido pacto, cuja existência é incontroversa, foi juntado aos autos (ID 17640938) e tem o seguinte teor:

CARTA COMPROMISSO ENTRE O MOVIMENTO ACREDITO E O PDT-SP

Democracias estão sempre em processo de construção e aperfeiçoamento. Uma de suas principais virtudes é estar em movimento, se adaptando, tentando refletir os desejos e expectativas da população. Mudança, aperfeiçoamento e evolução são as únicas constantes.

O momento político que vivemos no Brasil é reflexo desse processo. O governo, a política e os partidos precisam passar por um processo de transformação. É preciso reinventar as bases sobre as quais nossa

democracia se sustenta.

Assim nasceu o Acredito. Um movimento de renovação política nacional e suprapartidário. Renovação essa de pessoas, princípios e práticas, com foco no Congresso Nacional. Acreditamos em um país mais próspero, justo, desenvolvido e ético. Essa busca se dará dentro de valores para nós imprescindíveis.

O Brasil só será justo quando oferecer dignidade e igualdade de oportunidades a todos. A democracia será mais forte quando for um real reflexo do seu povo e sua diversidade. O Estado deve ser eficiente e menos engessado, trazendo políticas públicas com base em evidências e que respeitem os contextos locais. A sociedade deve ser plural e livre, com respeito às liberdades individuais e combate à intolerância. Nossa economia deve ser moderna, empreendedora e verdadeiramente competitiva. Nosso modelo de crescimento deve ser sustentável.

A transformação que acreditamos se dará por meio da política. A participação do Acredito acontecerá também por meio dos partidos. Estes são instituições que devem organizar e representar a sociedade na política formal. Para tornar a política de hoje naquilo que brasileiros e brasileiras desejam e merecem, os partidos são instrumentos fundamentais.

O Acredito e o PDT-SP, por meio desta carta-compromisso, estabelecem os termos da integração dos membros do movimento que desejarem se filiar a este partido. Ao assinarem este documento:

- 1. OS representantes cívicos do Acredito e da Direção do PDT se comprometem a participar ativamente na reinvenção de um modelo partidário mais próximo das brasileiras e brasileiros, podendo ser criado pelo partido um grupo de trabalho com tal finalidade.*
- 2. O PDT garantirá que os representantes cívicos do Acredito terão a chancela do partido para concorrerem aos cargos eletivos de Deputado(a) Federal e Deputado(a) Estadual, com igualdade de condições em relação aos demais filiados do partido. Essa cláusula independe de qualquer acordo sobre coligações a serem feitos pela direção da PDT.*
- 3. O PDT se compromete a dar voz e voto aos integrantes do Acredito, filiados ao partido, e a buscar incluir ao menos um integrante do Movimento Acredito, filiado ao partido, nas instâncias decisórias de âmbito Estadual onde ocorrer essa adesão.***
- 4. O PDT se compromete a respeitar as autonomias política e de funcionamento do Acredito, bem como a identidade do movimento e de seus representantes.***
- 5. O PDT se compromete a buscar a viabilização do uso do mesmo número por todos os representantes cívicos do Acredito filiados pelo Brasil.*
- 6. O PDT se compromete, respeitado a legislação em vigor e de forma transparente, a apoiar a abertura de conta bancária específica ou mecanismo equivalente para captação de recursos financeiros aos*

representantes do Acredito, filiados ao partido, para disputar eleições em 2018, sendo esses recursos provenientes de doações especificadas para tal fim.

Dessa maneira, juntos, Acredito e o PDT caminham para contribuir com desenvolvimento e aperfeiçoamento da Democracia brasileira.

Tal documento foi subscrito em 4 de abril de 2018 – data final para filiação partidária, segundo a Res.-TSE 23.555 – por Airton Costa do Amaral, secretário-geral estadual do PDT, e pela autora, então coordenadora da agenda do movimento Acredito.

Sobre o referido acordo, constou do depoimento do Sr. Carlos Lupi, presidente nacional da sigla (ID 38355788, 16min52 a 18min38, 28min14 a 29min3):

O Senhor Juiz Auxiliar Leonardo Lopes dos Santos Bordini: *foi colacionado aos autos um documento que seria uma espécie de carta firmada entre o Movimento Acredito e o PDT de São Paulo. Por força desse documento supostamente a requerente teria liberdade para atuação no Congresso, sem vinculação ao partido. Ao menos assim foi alegado na petição inicial. O Senhor tomou conhecimento da existência desse documento, participou da elaboração?*

O Senhor Carlos Lupi: *esse documento é público. Eu tomei conhecimento. Esse documento foi feito, à época, para o Secretário do partido no Estado de São Paulo. Tomei conhecimento, sim. E li e repeti essa leitura depois da arguição que foi feita pela requerente e por seus advogados e em nenhum momento desse documento trata de votação, ou de liberdade de votação. Se trata de liberdade de expressão, de liberdade de falar o que pensa. Nós jamais, se somos um partido que tem na sua sigla Partido Democrático Trabalhista, jamais podemos cercear o direito de voz, de fala, de qualquer um. Em nenhum momento, tá a questão da votação e liberdade de votação.*

O Senhor Juiz Auxiliar Leonardo Lopes dos Santos Bordini: *entendi. E a interpretação do partido em São Paulo é a mesma do senhor no sentido de que não alcança a votação? O senhor chegou a conversar?*

O Senhor Carlos Lupi: *converso, converso permanentemente. Conversei com São Paulo e a interpretação que a gente dá é essa. Primeiro porque esse documento é na esfera do Estado de São Paulo. Não trata da esfera nacional. A competência de uma unidade federativa é guardada a cada Estado na sua representação da sua área de abrangência. Então não tem nenhum documento assinado de ninguém da direção nacional e a compreensão é a mesma.*

[...]

O Senhor Walber de Moura Agra, advogado do requerido: *Vossa Senhoria, em algum momento, concordou com a deliberação de Tabata*

possuir vínculos com outra agremiação ou com movimentos que estão fora da vida política?

O Senhor Carlos Lupi: *eu nunca me foi discutido esse assunto. Eu, depois de algum tempo, comecei a entender, na minha compreensão, no meu direito de cidadania, o que que representava isso e hoje o partido, na sua última reunião do diretório, está vetando; está decidido pelo Diretório Nacional que não aceitaremos candidatura de dupla militância, ou seja, candidaturas que usem instrumentos de uma organização apartidária e financiamento que, no meu modo de vista, burla, a legislação, que são grandes personalidades individuais, com grande poder econômico, escolhem alguns para privilegiar o aporte de recursos vultosos. Isso é facilmente comprovado pela prestação de contas. E depois desse amadurecimento, dos acontecimentos, o partido decidiu, na sua última reunião diretoria, dois meses atrás, que não aceitaríamos nenhuma candidatura que tivesse patrocínio, aporte, financiamento, bênção, de organizações não partidárias.*

Com diferenças de percepções sobre os termos da avença, os objetivos gerais do acordo foram confirmados por todos os declarantes, inclusive aqueles com vínculo com a agremiação, os quais, no entanto, rejeitaram a tese de que o compromisso firmado pela carta envolveria atuação parlamentar e de votação.

De todo modo, em relação à formação do acordo, o testemunho de Eliseu de Oliveira Neto, ouvido sob compromisso, é esclarecedor (ID 38358088, 3'48" a 15'43"):

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: *os senhor acompanhou como aconteceram os trâmites de diálogo do Movimento Acredito com os partidos políticos, no contexto eleitoral da última eleição?*

O Senhor Eliseu de Oliveira Neto, testemunha: *acompanhei, pois além de eu ser aluno do Renova, junto com a Tabata e de tantos outros que fizeram isso, eu sou dirigente nacional do Cidadania e então eu participei desse processo todo de diálogo da carta de liberdade, dos encontros. Porque a gente tinha algumas outras pessoas dos movimentos, não só do Acredito, mas do Agora, queiram vir para o partido...*

O Senhor Juiz Auxiliar Leonardo Lopes dos Santos Bordini: *só para ficar claro aqui. Carta de liberdade? O que é carta de liberdade?*

O Senhor Eliseu de Oliveira Neto, testemunha: *é a carta que dava para as pessoas que queriam partido uma liberdade de autonomia, de funcionamento, que eles poderiam ter posições diferentes das posições partidárias.*

O Senhor Juiz Auxiliar Leonardo Lopes dos Santos Bordini: *bom,*

era consenso entre as pessoas que tomaram conhecimento dessa carta a respeito da possibilidade de atuação de forma livre como parlamentar, no momento da votação?

O Senhor Eliseu de Oliveira Neto, testemunha: *sim, isso foi muito discutido no curso do Renova, né, porque um dos nossos professores falava sobre. Ele chamava de carta de independência. Então, o professor mesmo tinha falado sobre esta carta. Houve um debate entre os mais de 100 alunos sobre o que seria essa carta, se ela seria respeitada ou não, se seria bacana dar essa liberdade toda para as pessoas. Então, isso foi amplamente discutido e debatido. A gente teve ali um encontro entre vários partidos. Nós, à época PPS, fomos, Rede foi, vários partidos estiveram lá e puderam falar sobre essa carta, sobre essa independência. A gente do PPS já trabalha com essa ideia de candidatura cívica desde 2016, com um vereador que foi da Rede, que foi candidato, quando a Rede ainda não existia, pelo PPS. Então isso foi amplamente divulgado conversado e aí se criou esse texto das cartas. E, enfim...*

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: *esse texto, ele era predefinido, ele foi imposto, ele foi dialogado, como é que funcionou essa discussão?*

O Senhor Eliseu de Oliveira Neto, testemunha: *cada movimento mandou pra gente uma proposta de texto, ela foi discutida e consensuada e, como isso era de muito interesse nosso, do partido né, em mostrar que a gente estava aberto aos movimentos, que a gente queria na verdade construir junto o que que seria essa relação dos movimentos cívicos entre os partidos e as cartas foram assinadas em eventos públicos, né. Não me lembro qual era o local em São Paulo, mas foi público, transmitido pela internet e enfim. A construção desse texto.*

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: *os partidos políticos, naquele momento – e o senhor é representante de um partido político, na condição de representante, dialogou com movimentos e tudo mais –, os partidos políticos naquele momento tinham interesse em agregar quadros oriundos desses movimentos? Qual era o interesse dos partidos naquele momento?*

O Senhor Eliseu de Oliveira Neto, testemunha: *Total interesse, né. Quando eu fui para o Renova, nós tínhamos ali 120 pessoas com um bom potencial eleitoral, lideranças políticas, mais da metade ainda não tinha partido escolhido, então eram pessoas com potencial chance de vitória. E além disso tinha a chance de fazer um aceno a sociedade de que os partidos estariam mais abertos, né. Porque a gente tinha ali um fenômeno: milhares de jovens no movimento, enquanto no partido a gente tinha dificuldade em fazer com que as pessoas confiem nos partidos e queiram entrar na política. Tanto que hoje, no PPS, a gente até abriu espaço para que esses jovens estejam no Diretório Nacional do partido e que possam trazer essas demandas, se possa fazer uma construção entre as ideias que vem dos movimentos e as ideias do partido.*

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: *naquele momento, portanto, o conteúdo da carta, o conteúdo final*

assinado, ele foi, portanto, fruto de um consenso, entre o partido e o movimento?

O Senhor Eliseu de Oliveira Neto, testemunha: *isso.*

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: *o senhor pode dizer então que eventual mudança de posição de alguma das partes seria uma ruptura desse compromisso?*

O Senhor Eliseu de Oliveira Neto, testemunha: *Com certeza. Porque era um compromisso público, que várias pessoas usaram isso em campanha, nós tivemos o Ítalo, que é do Movimento Acredito, ele colocou isso nas redes dele, que o PPS tinha criado uma cláusula de liberdade pra ele, que ele podia ter as ideias dele próprias. Eu até lembro que na campanha dele isso suscitou alguma discussão entre o partido no Ceará. Como é que ele podia ter tanta liberdade, como é que funcionaria isso. E a gente sustentou que isso havia sido acordado antes dele se filiar. Porque se a gente faz um acordo com a pessoa, assina um compromisso público, coloca isso nas redes, a gente não pode, depois que o cara foi eleito, dizer olha isso não é bem assim, isso não funciona dessa maneira, mudamos de ideia. É um acordo de ambas as partes, que tem que ter um valor, até porque a política é feita desse tipo de acordo.*

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: *isso aconteceu apenas no PPS, ou Senhor acompanhou a ocorrência disso em outras agremiações?*

O Senhor Eliseu de Oliveira Neto, testemunha: *Acompanhei em várias. Como eu fazia parte do Renova também, e aí tinha me tornado muito próximo de alguns jovens, eu fui nesses outros encontros. Então com a Rede, acho que com PSB, PV, PDT, vários partidos assinaram isso. E eu acompanhei aí como aluno, vendo os partidos irem lá, divulgando que estavam fazendo esses compromissos, estavam assinando essas cartas. Eu lembro que eu até brinquei: não sei se todo mundo vai cumprir isso lá na frente, mas isso é na verdade um comentário. Eu lembro que o nosso professor Gabriel Azevedo, que na época estava no PHS, já tinha assinado esse tipo de cláusula com o partido e apresentava isso na sala de aula. Então assim, como a gente tinha ali gente de quase todos os partidos, todo mundo sabia o que estava sendo debatido e qual era o significado dessa carta, criar uma liberdade maior pra quem vinha de movimentos, para que pudesse trazer as suas ideias, as suas demandas, para dentro dos partidos e criar uma oxigenação. E esse era o nosso maior interesse, mostrar que a gente está aberto às demandas da sociedade.*

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: *se o partido eventualmente não concordasse, você entende então que o representante do movimento, ele teria guarida em outra agremiação?*

O Senhor Eliseu de Oliveira Neto, testemunha: *Bem, eu que nenhum partido deveria assinar um compromisso, um documento, para não cumprir depois. Eu lembro que quando esse documento foi ao PPS eu falei: olha, leiam com calma que a gente aqui tá abrindo mão de qualquer cobrança que possa ser feita depois quando fala em liberdade de pensamento, liberdade de expressão, mas a gente entendeu que*

isso é nossa sinalização para a novidade na política, né. Uma liberdade (inaudível). Como isso é um movimento que dentro do PPS já vem há algum tempo, a gente agora no novo estatuto, tirou qualquer maneira de coibir os nossos parlamentares. Já não é uma prática nossa esse centralismo democrático. Então estava dentro do que a gente acreditava, mas eu entendo que sim, que se o partido não cumpre um acordo e tenta cercear as ideias que vem do movimento, é legítimo que a pessoa procure outra agremiação.

[...]

O Senhor Walber de Moura Agra, advogado do requerido: *Vossa Senhoria leu a carta do PDT? Porque Vossa Senhoria leu a carta do PPS. Vossa Senhoria leu a carta do PDT?*

O Senhor Eliseu de Oliveira Neto, testemunha: *Vi (inaudível) depois, não na hora, mas vi depois, quando teve toda essa repercussão, e aí eu já estava acompanhando mais próximo, aí eu li a carta.*

[...]

O Senhor Juiz Auxiliar Leonardo Lopes dos Santos Bordini: *reformulando a pergunta: o Senhor tem conhecimento que essa carta que foi apresentada por ocasião do curso do Renova ela se formou como um modelo para todos os pactos celebrados pelos integrantes do Renova com os diferentes partidos? Foram mais ou menos parecidas no que se refere à liberdade para essa ação no Congresso?*

O Senhor Eliseu de Oliveira Neto, testemunha: *Qual era o grande debate lá no Renova? Jovens que vinham de um curso de formação. E como é que se daria junto com os partidos? Pois os partidos têm as suas ideologias e seus processos. Isso era uma coisa muito debatida no Renova. Até onde os partidos limitariam a atuação dessas lideranças que vinham. Então o que eu acompanhei muito de perto foi construção dessas cartas, como uma carta que daria essa liberdade, que daria esse espaço, de trazer... O que que é a novidade do movimento cívico? Ideias próprias. Se não você não precisa dos movimentos cívicos. Então, assim, o que eu acompanhei muito era: qual o objetivo dessa carta? Se essa carta não é uma carta de liberdade, ela é o quê? Qual a utilidade dela? É uma carta de boas vindas ao partido? Você não precisa disso. Então, assim, eu acompanhei desde o nascedouro qual é o objetivo dessas cartas. Você dizer: olha, vocês podem vir para os partidos, trazer ideias novas, trazer posições e serão respeitados. Eu não consigo ver nenhuma outra utilidade pra carta se não for esse pacto e esse compromisso de respeitar ideias diferentes. Então, assim, independente da literalidade da carta, eu acompanhei desde o nascedouro o objetivo dela.*

Na mesma direção, o testemunho de José Frederico Lyra Neto, ouvido sob compromisso (ID 38358088, 20min a 23min10):

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: *o Senhor participou das discussões que aconteceram, no ano de 2018, no período antecedente às eleições, para a filiação de quadros do*

Movimento Acredito junto a partidos políticos e para a elaboração de cartas-compromisso?

O Senhor José Frederico Lyra Neto, testemunha: *Sim, participei bem ativamente.*

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: *como isso se deu? Essa discussão, esse diálogo, junto aos partidos políticos?*

O Senhor José Frederico Lyra Neto, testemunha: *Sim, o Movimento Acredito ele é um movimento suprapartidário. Ele nasceu com esse conceito. E ao se aproximar das eleições, o movimento tinha uma escolha: a gente ia sair, os candidatos iam sair por diversos movimentos ou partidos sem nenhum tipo de trabalho ou parceira. Ou a gente tomava a iniciativa de dialogar com os partidos. E a gente escolheu essa segunda opção. Então nós fomos atrás de partidos que a gente entendia que tinham valores, ideais, com alguma proximidade dos valores do Acredito e fomos com eles discutir e construir o que foi chamado uma carta-compromisso. Então, essa foi a ideia. Dialogar com alguns partidos que tivessem interesse e abertura de receber pessoas do movimento e tanto o movimento quanto o partido pensaram nessa forma de interação.*

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: *o Senhor participou então da discussão com todos os partidos que firmaram compromisso? Havia alguma discussão sobre termos, olha isso aqui eu não assino, isso aqui assina, havia uma discussão de posições?*

O Senhor José Frederico Lyra Neto, testemunha: *Sim. O que aconteceu foi que a gente estruturou uma base do que seria uma carta-compromisso, e ideia da carta-compromisso inclusive ela começa, começava falando que tanto o Acredito como os partidos eles aceitavam, topavam, a ideia de se juntar e conversar para discutir novo modelo partidário. Só que cada partido tinha a sua especificidade, e a gente negociou com cada partido caso a caso. Então, alguns partidos, algumas cláusulas entraram, outras não entraram, então não foi uma carta única e engessada que todo mundo tinha que fazer de maneira igual, teve alguma flexibilidade.*

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: *o Senhor pode dizer então que a carta de cada partido ela difere uma da outra. Pode ter surgido no mesmo modelo, mas houve uma negociação, vamos dizer assim, com os partidos sobre pontos que fossem caros ao movimento e pontos que fossem caros aos partidos. Seria isso?*

O Senhor José Frederico Lyra Neto, testemunha: *Isso. É. O que aconteceu basicamente foi que o movimento olhava o que para o movimento era não negociável, os partidos também e tinha uma zona, aquela zona de negociação. Era justamente aquilo que a gente acha que é política. Então, ao ver as cartas-compromisso, elas não são necessariamente iguais. Algumas de fato é maior, outras menores, alguns partidos tinham a possibilidade de algum critério, outros não, e nós fomos bem tranquilos com isso e a gente levou essa carta,*

construiu essa carta com os partidos, e depois internamente a gente deliberava e falava: poxa, faz ou não faz sentido?

Pelo que se depreende dos elementos probatórios antes listados, a referida carta-compromisso serviu ao propósito inicial de garantia da aproximação recíproca entre o Movimento Acredito e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), avença sem a qual, segundo evidenciam os testemunhos colhidos, a filiação partidária da requerente aos quadros do requerido e a sua candidatura não teriam se efetivado.

De acordo com a prova dos autos, o referido acordo foi o resultado do processo de negociação entre o aludido movimento cívico e a representação estadual do PDT, com previsão de benefícios mútuos potenciais, quais sejam: ao movimento, a possibilidade de, mantida a independência de sua atuação externa ao Estado, participar diretamente da formulação de políticas públicas; ao partido, a oportunidade de buscar filiados com sólida formação e com o apoio de grupos políticos relativamente organizados e com capilaridade social, o que, em tese, aumentaria as chances de sucesso eleitoral.

Aliás, sobre a carta, ainda que se alegue que não constou assinatura da direção nacional, não houve a produção de nenhum elemento probatório no sentido de que havia descompasso de vontades entre os órgãos diretivos estaduais e a cúpula do PDT. Pelo contrário, a farta prova documental indica o regozijo recíproco, entre a filiada e os principais próceres partidários, da aproximação entre o Movimento Acredito e a agremiação, o que – repita-se – somente se efetivou a partir da carta em apreço.

De qualquer sorte, esse cenário desvelado pelo contexto probatório, de manutenção da autonomia relativa dos movimentos e de seus integrantes mesmo quando integrantes das hostes partidárias, é absolutamente coerente com os estudos da literatura especializada a respeito da interligação entre a lógica partidária dita tradicional e os chamados novos mecanismos de

participação da sociedade civil¹. O traço comum – e não há nada de inédito nisso – é que movimentos alcançam o poder estatal pela mediação partidária, ao passo que partidos ganham capilaridade, representatividade, mediante aproximação dos movimentos.

Portanto, muito embora assista razão ao requerido quando argumenta que as disposições da referida avença não podem derogar, abrogar ou anular as disposições estatutárias que haurem legitimidade na legislação infraconstitucional, o acordo de vontades em tela não é completamente írrito, despidendo ou inútil para a solução da presente demanda.

Se, por um lado, não é suficiente *de per se* para a caracterização de justa causa nem pode ser invocado como fundamento de revisão da penalidade imposta à autora perante a Comissão de Ética da agremiação – matéria que não integra o objeto da presente demanda nem é de competência desta Justiça Especializada –, por outro, está na base do relacionamento, da conformação recíproca, entre a agremiação requerida, a parlamentar requerente e o movimento no qual se insere e do qual é fundadora.

Em outros termos, sem o referido pacto, firmado com **presumível boa-fé** a partir de discussões entre os ditos movimentos cívicos e as agremiações, sem essa disposição programática de ambas as partes quanto ao relacionamento futuro, muito provavelmente a filiação não teria ocorrido, presunção que se reforça pela data da subscrição da avença, exatamente no término do prazo de filiação partidária.

Por isso, ainda que não se trate propriamente de relação obrigacional, ou mesmo de norma que se sobreponha à Constituição da

¹ Entre outros, cito: ABERS, R.; OLIVEIRA, M. S. "Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003-2013): interconexões entre ONGs, partidos e governos". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 21, n° 2, pp. 336- 364, ago. 2015; LOSEKANN, C. "A presença das organizações ambientalistas da sociedade civil no governo Lula (2003-2007) e as tensões com os setores econômicos". Tese de doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009; LEITÃO, L. R. "Oportunidades políticas e repertórios de ação: o movimento negro e a luta de combate à discriminação racial". Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2012; GUTIERRES, K. A. "Projetos políticos, trajetórias e estratégias: a política de assistência social entre o partido e o Estado". Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2015.

República e às demais leis, tampouco se possa, com base na multicitada carta-compromisso, avaliar a justiça da punição intrapartidária à qual a requerente foi submetida, é possível verificar, a partir da regra de proteção da confiança, se a quebra das expectativas existentes entre os envolvidos, conjugada com os demais fatos narrados na inicial, caracteriza a grave discriminação pessoal, ou qualifica a sua ocorrência.

Nesse ponto, importa registrar excerto do denso parecer subscrito pelo então Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Dr. Renato Brill de Góes (ID 39120738):

Com'os esses pactos entre partidos e movimentos cívicos não contiveram cláusulas de compromisso arbitral para os impasses que viessem a surgir na sua invocação, unilateralmente uma das partes decidiu sobre a sua cogência, seu alcance e sua interpretação e, colocando os próprios estatutos acima do pacto, aplicou-os, sobretudo em gravosa matéria disciplinar, a filiado que o invocara em seu favor, não extraindo de seu teor qualquer regra protetiva da liberdade de expressão e de associação daquele a que puniu.

Os pactos devem ser cumpridos. Trata-se de preceito tão profundo quanto antigo no Direito.

No direito internacional, em que há pactos entre sujeitos soberanos – mais que autônomos – e inexistente jurisdição a que se encontrem subordinados, o pacta sunt servanda preside todas relações, sendo afastável apenas na presença de jus cogens que é integrado por normas peremptórias gerais do direito internacional, as quais a vontade das partes não pode derogar.

O fato de a Justiça Eleitoral assegurar a cogência das normas de Direito Eleitoral e Direito Partidário não significa que os pactos celebrados dentro da autonomia partidária não devam ser cumpridos, que não sejam jurídicos, ou devam ser unilateralmente interpretados e aplicados em favor de um lado e em desfavor de outro.

A 'Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados' (1969), em seu artigo 26, assevera que 'todo tratado em vigor obriga as partes e deve ser cumprido por elas de boa-fé'.

Há elementos suficientes nos autos no sentido de que a Deputada Federal portava-se no curso do mandato e na relação com o Partido dentro de parâmetros de boa-fé objetiva como honestidade, lealdade e probidade, tendo a testemunha arrolada pela parte requerida, Sra. Juliana Brizola, destacado que desconhecia posicionamento da requerente contrário a seu partido até a reforma da previdência.

A dinâmica da relação entre a Deputada Federal e o PDT mostrava-se muito respeitosa de lado a lado, algo admitido por ambas as partes no curso da instrução processual, tendo a requerente inclusive afirmado

que era admiradora do trabalho de Ciro Gomes, então vice-presidente da agremiação, sendo ele um dos fatores que a influenciou a se filiar.

A tutela da confiança é imperiosa e do âmago do Direito. A conduta com que sempre se portaram ambas as partes era geradora de legítima expectativa de preservação da autonomia do parlamentar – que decorreria também do pactuado – e que, portanto, enquanto durasse a relação o comportamento do PDT não se alteraria.

Em relação ao referido acordo, ressalto que, no julgamento da Pet 0600641-66, concluído em 13.4.2021, esta Corte Superior entendeu, por maioria, caracterizar justa causa a imposição de grave sanção disciplinar em descompasso com a autonomia política prometida em carta-compromisso, firmada entre a agremiação e o movimento Acredito. Nesse contexto jurisprudencial, por esse único fundamento, já se teria razão suficiente para julgar procedente o pedido de declaração de justa causa para desfiliação partidária da requerente.

De qualquer sorte, para conforto daqueles que, como eu, entendiam que, além da carta-compromisso, deveriam ser demonstrados outros elementos comprobatórios, compreendo que o caso dos autos traz outros contornos fáticos que demandam o exame do colegiado, até em homenagem ao debate em contraditório havido no presente feito.

O exame desses aspectos será feito a seguir.

II – Do processo disciplinar instaurado pelo PDT em face da autora.

Conforme consta da inicial, a autora alega que, a par dos ataques à sua honra (que serão examinados no tópico abaixo), a agremiação requerida instaurou procedimento administrativo disciplinar do qual resultou a aplicação das seguintes sanções:

- i) a suspensão das suas atividades nas comissões da Câmara dos Deputados pelo prazo de 90 dias;
- ii) a suspensão de suas atividades internas no partido, inerentes ao cargo de vice-presidente do Diretório Estadual de

São Paulo;

iii) a retirada da sua função de vice-líder da bancada do PDT na Câmara dos Deputados.

Segundo defende, o procedimento em referência estaria eivado de vícios, os quais, em seu conjunto, reforçariam a grave discriminação pessoal que teria sofrido por parte da legenda.

Nesse particular, a autora alega que o PDT contrariou a previsão normativa contida no art. 64 do seu próprio Estatuto, haja vista que, além de não ter feito a notificação pessoal, enviou a notícia sobre a instauração do procedimento administrativo disciplinar ao gabinete da deputada durante o recesso parlamentar e sem a documentação necessária à apresentação de sua defesa.

O requerido, por seu turno, indica que há prova documental de notificação regular à deputada, a qual teria sido enviada com toda a documentação até então juntada ao procedimento administrativo.

De fato, o exame dos documentos de IDs 18358088, 18358538 e 18358138 indica que a notificação dirigida à deputada foi efetuada na sequência lógica de todos os documentos constantes do procedimento, sendo certo, ademais, que não houve ressalva por ocasião do recebimento da notificação em seu gabinete parlamentar, como se vê abaixo (ID 18358138, p. 13):

38

EXECUTIVA ESTADUAL DO PDT DIVERSIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMISSÃO PROVISÓRIA MUNICIPAL DO PDT DIVERSIDADE – SÃO PAULO

OFICIO 02/2019

REF: DENÚNCIA DE INFIDELIDADE PARTIDÁRIA
DEPUTADA FEDERAL TABATA AMARAL (SP)

PROCOLO DE ENTREGA
ENTREGUE EM: 15/07/2019
RECEBIDO POR: *Andson Amaral*

OBS:

VAM A COMISSÃO DE ÉTICA - 60. 22/07/19

Portanto, ante esse contexto probatório e à míngua de discussão no foro competente acerca da validade da notificação supracitada, entendo que a autora não se desincumbiu do ônus de comprovar essa alegação.

A requerente aponta, ainda, que houve descumprimento do art. 70 do Estatuto, o qual estabelece que o prazo máximo de duração do procedimento disciplinar seja de 60 dias. Segundo relata, o procedimento instaurado contra ela ficou paralisado desde a decisão de sua suspensão, ocorrida em 17.7.2019.

O requerido admite a inobservância do dispositivo citado, mas defende que se trata de prazo impróprio, cuja inobservância não acarreta efeito necessário.

Novamente aqui, à míngua de discussão em juízo adequado, não há como mensurar o impacto da inobservância do prazo estatutário de conclusão do procedimento administrativo disciplinar.

Além disso, segundo os elementos documentais (ID 18357688,

pp. 1-3) e as declarações convergentes do Presidente da legenda, Sr. Carlos Lupi (ID 38355788) e outros informantes que integram os quadros da agremiação, a conduta em relação à (in)observância dos prazos estatutários foi uniforme em todos os procedimentos abertos, sendo certo que as sanções aplicadas teriam sido suspensas logo após o ajuizamento da presente demanda.

Ainda em relação ao procedimento administrativo disciplinar, a autora sustenta que a grave discriminação pessoal estaria comprovada pela aplicação de sanção mesmo em face da inexistência de quebra de diretriz partidária, ao argumento de que o texto por ela sufragado seria diferente daquele objeto da deliberação partidária e de que não houve debate interno efetivo a respeito do texto alterado durante as discussões no Congresso Nacional.

A agremiação requerida, por seu turno, defendeu a aplicação do princípio da unidade de ação partidária, asseverando que, além de ter ocorrido decisão da Convenção Nacional, o tema foi objeto de várias reuniões, tanto dos órgãos diretivos nacionais quanto da bancada de deputados federais.

De fato, conforme documento cujo excerto é reproduzido abaixo (ID 18358088, p. 15), houve deliberação, na Convenção Nacional do Partido Democrático Trabalhista (PDT), ocorrida 18.3.2019, nos seguintes termos:

crachás. Apurada a votação, restou aprovada pela unanimidade dos convencionais o fechamento de posicionamento contrário do PDT à reforma da previdência social apresentada pelo atual governo federal. Com a palavra o Senador Weverton Rocha, exaltou a decisão da plenária e acrescentou ainda

Ademais, de acordo com a documentação juntada pela agremiação, houve sucessivas reuniões da bancada de deputados do PDT, nas quais, no geral, a autora restou vencida, em contraposição à orientação firmada pela maioria. É o que se verifica abaixo:

- ID 18358088, p. 24:

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 188 de 09/07/2019
HORÁRIO: 22:19 REQUERIMENTO DE RETIRADA DE PAUTA
 Orientação de votação: **Sim**

Subtenente Gonzaga	MG	Sim
Tabata Amaral	SP	Não

- ID 18358088, p. 26:

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 188 de 09/07/2019
HORÁRIO: 00:29 REQUERIMENTO DE ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO
 Orientação de votação: **NÃO**
 Relação de votantes

Tabata Amaral	SP	Sim
---------------	----	-----

- ID 18358088, p. 28:

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 189 de 10/07/2019
HORÁRIO 13:49 CONSULTA AO PLENÁRIO SOBRE VOTAÇÃO PARCELADA
 Orientação de votação: **Obstrução (SIM)**
 Relação de votantes

Tabata Amaral	SP	Não
---------------	----	-----

- ID 18358538, p. 1:

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 191 de 10/07/2019
HORÁRIO 16:52 REQUERIMENTO DE RETIRADA DE PAUTA
 Orientação de votação: **Obstrução (Sim)**
 Relação de votantes

Tabata Amaral	SP	Não
---------------	----	-----

- ID 18358538, p. 2:

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 191 de 10/07/2019
19:33 SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO ESPECIAL
 Orientação de votação: **NÃO**
 Relação de votantes

Tabata Amaral	SP	Sim
---------------	----	-----

- ID 18358538, p. 4:

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 192 de 11/07/2019
18:06 REQUERIMENTO DE RETIRADA DE PAUTA
 Orientação de votação: **SIM**
 Relação de votantes

Tabata Amaral	SP	Não
---------------	----	-----

- ID 18358538, p. 8:

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 194 de 11/07/2019

HORÁRIO 22:39

REQUERIMENTO DE RETIRADA DE PAUTA

Orientação de votação: **SIM**

Relação de votantes

Tabata Amaral	SP	Não
---------------	----	-----

- ID 18358538, p. 9:

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 194 de 11/07/2019

HORÁRIO 23:27

DTQ 14 - PSOL - §3º DO ART. 239, CONST. DO ART. 1º DO SUBSTITUTIVO

Orientação de votação: **NÃO**

Relação de votantes

Tabata Amaral	SP	Sim
---------------	----	-----

- ID 18358538, p. 14:

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 196 de 12/07/2019

HORÁRIO 17:05 - REQUERIMENTO DE RETIRADA DE PAUTA

Orientação de votação: **SIM**

Relação de votantes

Tabata Amaral	SP	Não
---------------	----	-----

- ID 18358538, p. 16:

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 196 de 12/07/2019
HORÁRIO 18:31- DTQ 11 - PT - ART. 26 DO SUBSTITUTIVO

Orientação de votação: **NÃO**

Relação de votantes

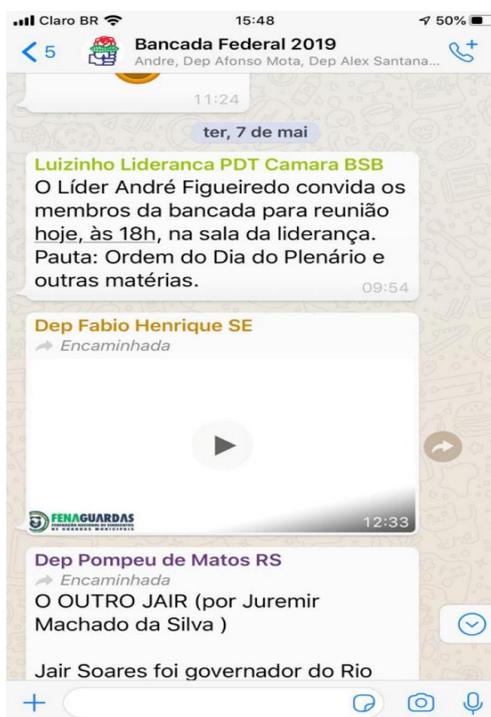
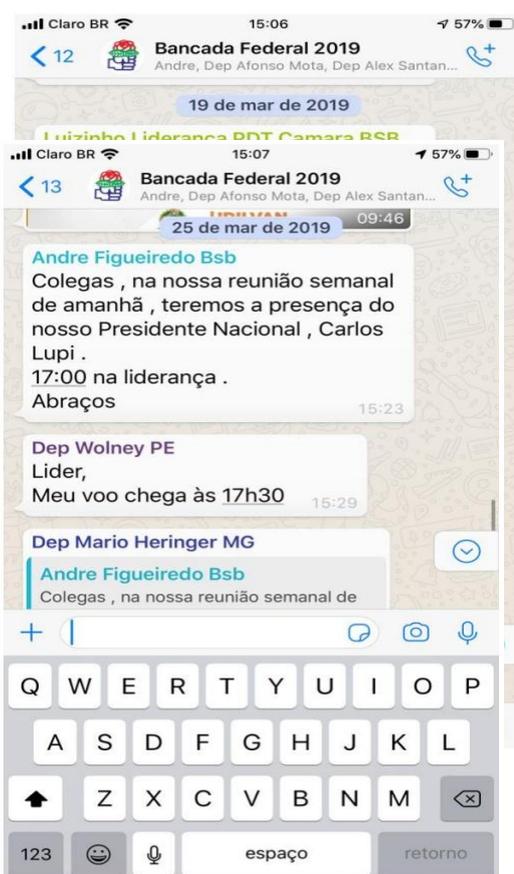
Tabata Amaral	SP	Sim
---------------	----	-----

- ID 18358538, p. 17:

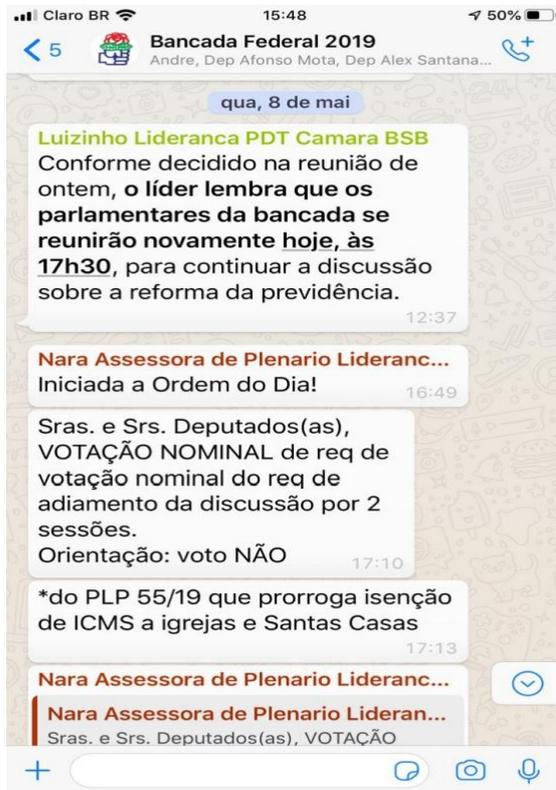
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 196 de 12/07/2019
HORÁRIO 19:05 - DTQ 13 - PT - §2º DO ART. 26 DO SUBSTITUTIVO
 Orientação de votação: **NÃO**
 Relação de votantes

Tabata Amaral	SP	Sim
---------------	----	-----

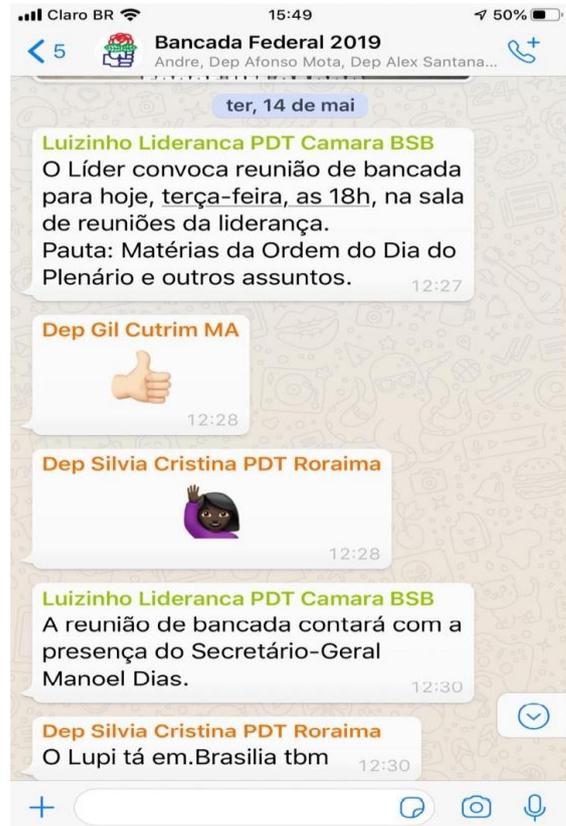
Também foram juntadas conversas de aplicativo de mensagens instantâneas, nas quais se observa interação entre os membros da bancada em torno das reuniões da proposta de emenda constitucional da reforma da previdência (ID 18357888, pp. 3-15):



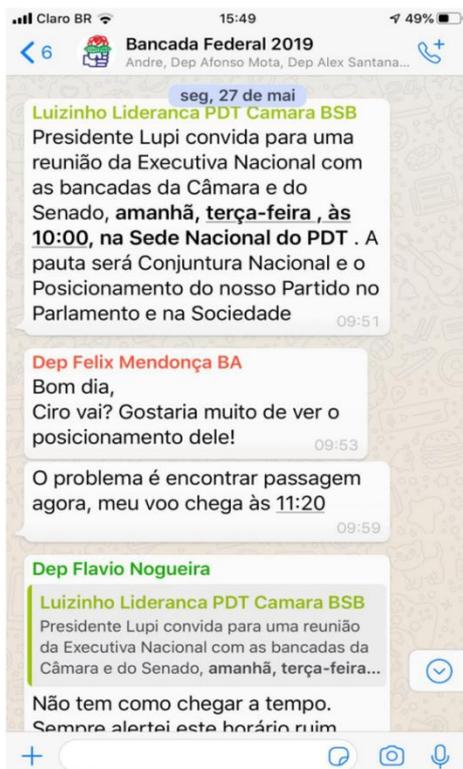
Convocação para reunião de bancada de 08/05/2019
(Continuação da discussão da Reforma Previdenciária)



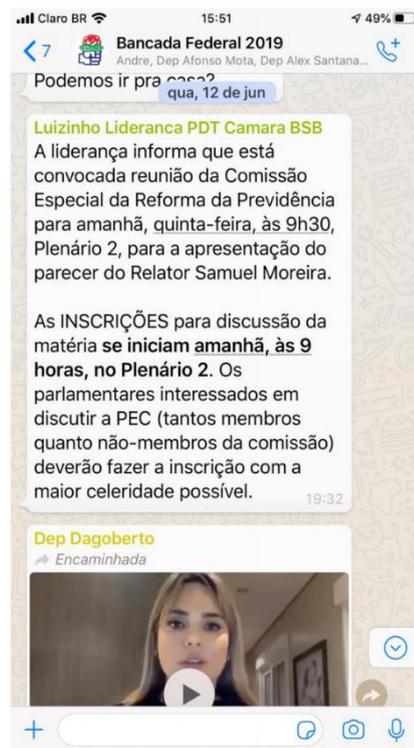
Convocação para reunião de bancada de 14/05/2019



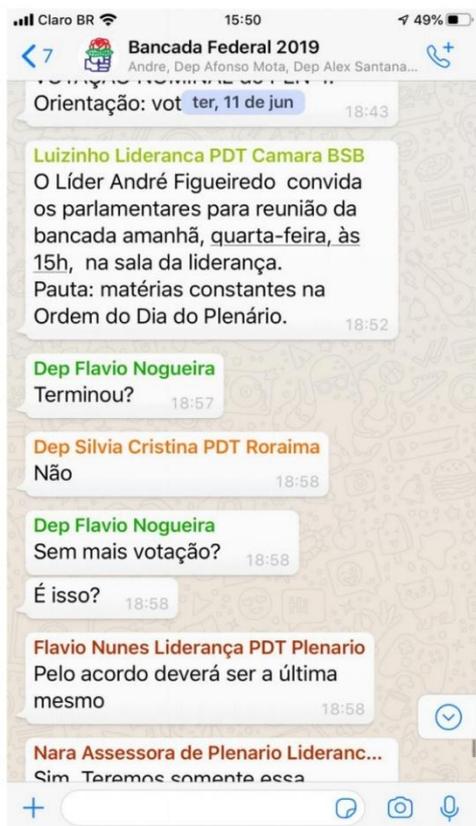
Convite para reunião da Executiva Nacional do PDT em 28/5/2019



Comunicado sobre a discussão da Reforma Previdenciária na Comissão Especial, em 12/06/2019



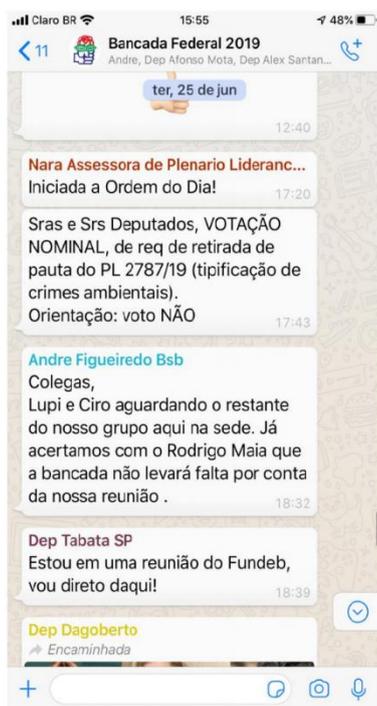
Convocação para reunião da bancada de 12/06/2019



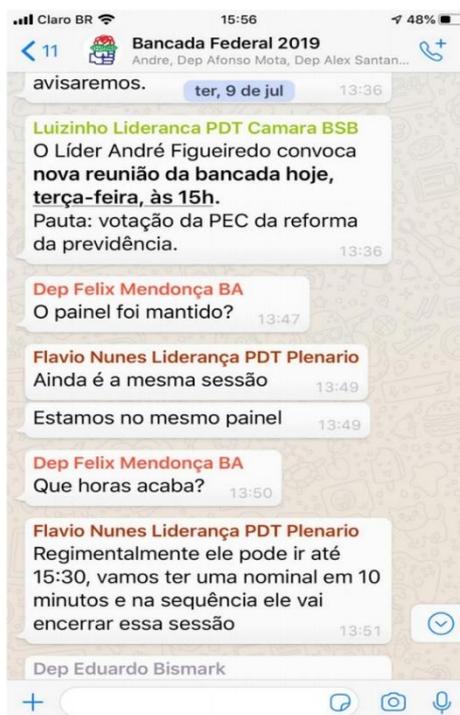
Convocação para reunião da bancada de 18/06/2019



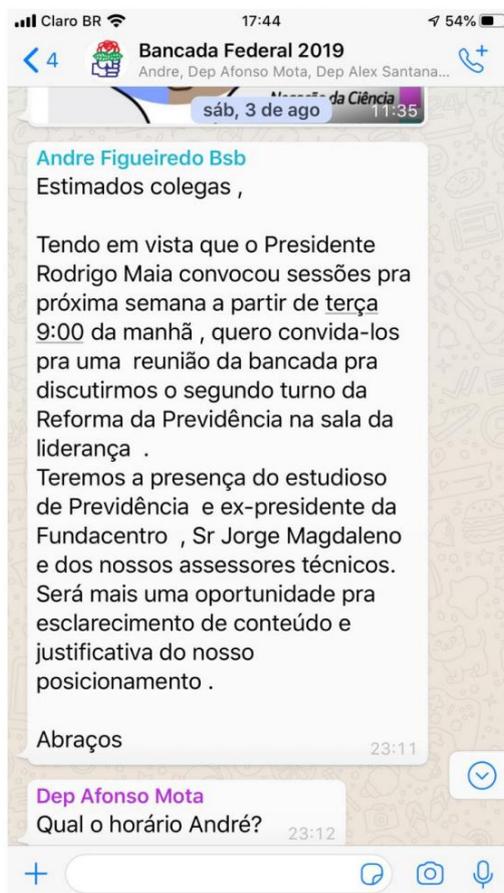
Convite para reunião da bancada na Sede Nacional do Partido, em 25/06/2019



Convocação para reunião da bancada de 9/07/2019



Convite para reunião da bancada de 6/08/2019



Ainda que se trate de documentação produzida pela própria agremiação – ou por alguns de seus integrantes, interessados no deslinde da causa –, ela é indicativa de que, ao menos, houve reuniões para a discussão da proposta de emenda constitucional da reforma da previdência.

Ademais, houve relato convergente dos informantes no sentido de que a proposta de emenda constitucional foi objeto de várias discussões internas na agremiação.

Cito, a esse propósito, trecho das declarações do Deputado Federal André Peixoto de Figueiredo Lima, ouvido na condição de informante (ID 38356838, 5min20 a 11min35):

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: O PDT, ele realizou reuniões para tratar do tema reforma da previdência. Vou até especificar um pouco melhor, já foi colocado pelo Senhor que

houve a realização da Convenção do partido, em março, onde foi tomada uma posição de que o PDT seria contra a reforma da previdência apresentada pelo Presidente Bolsonaro. Eu faço essa pergunta porquê? Porque, no mês de abril, foi montada a comissão na Câmara dos Deputados, como o Senhor falou, presidida pelo Deputado Marcelo e pelo Deputado Samuel como relator, portanto, no mês seguinte. E depois, no mês de julho, teve a votação do texto final, já com diversas alterações em relação ao texto inicial – o próprio governo manifestou, fez uma série de críticas porque houve uma desnaturação do texto encaminhado pelo governo. Bom, nesse interregno, onde houve, onde ocorreu, tiveram inúmeras alterações no texto inicial. O PDT realizou reuniões, novas convenções, nos termos do que estabelece o estatuto, reuniões pra fechamento de questão diante dessas novidades que aconteciam?

O Senhor André Peixoto Figueiredo Lima: o fechamento de questão, ele pode ser através da convenção, através da reunião do diretório nacional ou através da executiva. Então, o fechamento de questão ele não precisa necessariamente passar pela convenção. A convenção assim fez em relação ao objeto fulcral do projeto do Min. Paulo Guedes, que era justamente... e esse objeto não foi modificado, na nossa visão de essência, no relatório final. Não foi. Foram posicionamentos muito superficiais e que inclusive eram tão superficiais que nós conseguimos, com muita luta, aprovar um destaque nosso, minutos depois de ser votado o texto principal com os oito parlamentares discrepando do posicionamento partidário, nós conseguimos aprovar um destaque onde foi reduzido o tempo, a idade mínima dos professores, que era 58 professor, na regra de transição, foi reduzido para 55, e a professoras que era 55, foi reduzido pra 52. Agora, semanalmente a bancada do PDT se reúne, semanalmente nós discutimos. E nós, praticamente, parlamento ficou orbitando em cima da reforma da previdência, com alguns outros temas sendo debatidos evidentemente. Mas o tema central era a reforma da previdência. Semanalmente, nós vínhamos passado o relatório do que estava sendo discutido e como estava sendo encaminhado e evidentemente apresentando – e a assim o fizemos – o nosso substitutivo. Porque, se tivéssemos aprovado o nosso substitutivo, evidentemente nós votaríamos a favor do nosso substitutivo. Mas não foi. Foram tópicos bem diferentes. Que vai desde a regra de transição, que, no nosso entendimento, deveria ser de 20% para os trabalhadores da iniciativa privada e 50% para o servidor público. Pois o servidor público tem estabilidade, o trabalhador da iniciativa privada não tem. E o relatório apresentou 100% de pedágio. Né. 100% de pedágio adicional ao tempo que falta para o trabalhador se aposentar, independente de ser da iniciativa privada ou servidor público. Também apresentamos em relação, ao que chamamos que foi alardeado o tempo mínimo de contribuição de 40 anos, foi alardeado que seria de 25 anos Tudo bem, é de 25 anos na regra de transição, mas a cada ano que você se aposenta antes dos 40, você perde 2 pontos percentuais. Portanto, você perde, se você quiser se aposentar com as regras então vigentes, você perderia 30% de um salário que já é muito pequeno. E eu tô falado de pessoas, como eu disse, a maioria delas ganhando até 3 salários mínimos. Então, nós discutimos a essência da matéria. E no

*entendimento do PDT, da bancada do PDT, a grande maioria da bancada, esse texto era prejudicial aos nossos princípios. E levamos isso à Executiva Nacional. A Executiva Nacional fez duas reuniões em conjunto com a bancada. Uma delas teve a presença do nosso vice-presidente nacional, eu sou vice-presidente também, o nosso... **Ciro Gomes**. É o vice-presidente nacional do partido. E mais uma vez, nós reafirmamos o nosso posicionamento contrário à matéria – e fizemos um apelo para que a bancada pudesse votar uníssona, pois já naquele momento, nós tínhamos votos que sinalizavam a vontade de discrepar do posicionamento partidário. Mas infelizmente, como eu já disse, oito parlamentares não votaram seguindo a nossa orientação. As reuniões foram feitas de forma semanal. Nós, ao concluirmos a votação na comissão especial, fizemos a reunião na bancada, onde alguns parlamentares, eles não... Desse oito, é bom que se diga, um parlamentar, inclusive um desses que pediram o mandato aqui na Justiça Eleitoral, ele chegou a dizer: não, vou me abster, isso atende ao partido. Eu disse: com certeza, com certeza. E demos a ele munição para que ele pudesse, inclusive, responder, segundo ele, a seus eleitores que queriam a reforma da previdência. Nós mostramos claramente a justificativa porque ele deveria fazer isso. Então, reuniões não faltaram, doutor, não faltaram. Nós tivemos várias reuniões e infelizmente o nosso objetivo não foi alcançado que é a unidade da bancada.*

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: reuniões formais, convocadas para essa finalidade, ou foram apenas reuniões da bancada?

O Senhor André Peixoto Figueiredo Lima: não reuniões da bancada. Semanais. Mas todas com objetivo determinado. Inclusive, na reunião que foi feita bancada após a conclusão da comissão especial, ou seja, quando o projeto já ia para plenário, nós tivemos uma reunião com convocação formal dizendo que nós iríamos deliberar o posicionamento da bancada do partido em relação ao texto que foi aprovado na Comissão Especial.

De igual forma, a Deputada Juliana Brizola, ouvida na condição de informante, confirmou que o processo de fechamento de questão foi precedido de discussões no âmbito nacional e no Estado do Rio Grande do Sul (ID 38356538).

Ainda que esses elementos sejam indiciários, porquanto são oriundos das hostes partidárias – interessadas, portanto, na solução da demanda –, certo é que são harmônicos e coerentes no sentido de que houve múltiplas reuniões do partido e da respectiva bancada acerca da proposta de emenda constitucional alusiva à reforma da previdência social, com oposição da maioria dos parlamentares vinculados à legenda aos pontos centrais da proposta, não

alterados no texto final.

Importa consignar que, embora não conste dos autos prova do exato conteúdo dessas reuniões, o cronograma apresentado pela agremiação revela-se compatível com a tramitação da multicitada proposta de emenda constitucional, sendo certo, ademais, que a autora não apresentou nenhuma prova segura da alegada informalidade e desorganização desses encontros.

Portanto, considero não comprovada a alegação de que a grave discriminação pessoal decorreria da aplicação de sanções mesmo em relação à parlamentar (a autora) que teria, a seu juízo, agido sem contrapor orientações partidárias.

Ao contrário, a prova dos autos indica que, bem ou mal, o PDT fechou questão quanto à votação do cerne da proposta de emenda constitucional alusiva à reforma da previdência e que a autora dissentiu dessa orientação.

É bem verdade que o conjunto probatório não é esclarecedor acerca do conteúdo específico de cada reunião – ponto questionado pela autora –; no entanto, à míngua de provas robustas acerca da alegada falta de democracia intrapartidária na formação da diretriz partidária, não há como considerar comprovada a grave discriminação pessoal em decorrência desse fato.

De outra parte, também em decorrência de não ter sido comprovado o exato conteúdo das reuniões partidárias, não é possível esclarecer sobre qual texto da proposta de emenda constitucional a autora teria aquiescido, ou omitido eventual divergência. Ou seja, se por um lado não está comprovada a alegada falta de democracia interna no multicitado fechamento de questão, por outro não é possível afirmar em que contexto, sob a égide qual texto da reforma, teriam ocorrido as deliberações intrapartidárias.

Por fim, ainda acerca do processo administrativo disciplinar e a respectiva repercussão na alegação de justa causa, a autora afirma que a grave discriminação pessoal estaria evidenciada pela diversidade de tratamento dispensado a ela – e ao grupo de deputados dissidentes – e aquele conferido à

Senadora Kátia Abreu, a qual, “*embora tenha adotado igual posição à da Requerente, favorável à Reforma, não atraiu ataques por parte do PDT, conforme as declarações dos principais líderes do Partido, que chegaram a garantir que ela não seria punida*” (ID 17710688, p. 77).

A agremiação, por seu turno, afirmou que a diferenciação entre a senadora e o grupo de deputados sancionado (entre os quais a autora) decorreu da necessidade, no momento político de discussão da reforma da previdência na Câmara dos Deputados, de “*marcar a localização do partido no espectro político doméstico*” (ID 18357638, p. 10).

Segundo constou de sua defesa, não haveria tratamento discriminatório, porquanto “*não se descarta a submissão da referida parlamentar também ao crivo da Comissão de Ética [a Senadora Kátia Abreu], onde seu caso, a exemplo dos demais, terá trato individual, respeitando-se o devido processo legal*” (ID 18357638, p. 11).

As sanções aos parlamentares em tela, inclusive à requerente, decorreram do descumprimento de diretriz partidária aprovada, processo cuja observância dos parâmetros democráticos é objeto de controvérsia.

A esse respeito, a autora juntou aos autos matérias jornalísticas (IDs 17650088 e 17650138), cujo valor probatório é relativo nas ações eleitorais², que indicam tratamento efetivamente privilegiado à Senadora Kátia Abreu, a qual, segundo o então líder do partido no Senado Federal, Weverton Rocha, “*não vai ser colocada na frigideira e não vai ser chamada a atenção **como aconteceu na Câmara***” (ID 17650138, p. 2, grifo nosso). E complementou, após rejeitar a possibilidade de julgamento da senadora: “*Quem julga político é o povo*”.

Na audiência de instrução, pessoas ligadas ao partido confirmaram os fatos narrados nas notícias jornalísticas, apresentando justificativas para a opção do partido em relação à instauração de procedimentos administrativos disciplinares.

No depoimento pessoal do Sr. Carlos Lupi, Presidente Nacional

² Citem-se, entre outros: REspel 1705-94, rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJE de 3.3.2021; e RP 1151-46, rel. Min. Joelson Dias, DJE de 17.12.2010.

da sigla, foi confirmado que a Senadora Kátia Abreu não sofreu as mesmas sanções dos parlamentares antes citados (ID 38355788, 7min42 a 9min16):

O Senhor Juiz Auxiliar Leonardo Lopes dos Santos Bordini: *consta da inicial que não foi aplicada a mesma sanção em relação à Senadora Kátia Abreu, que teria também descumprido a orientação partidária. Primeiro: a senadora descumpriu? E tendo descumprido, qual foi o motivo que levou o partido a não aplicar a mesma sanção à senadora?*

O Senhor Carlos Lupi: *bom, em primeiro lugar são momentos distintos. Como Vossa Excelência sabe, a Câmara fez a votação inicial e o Senado depois, como Congresso revisor, é que faz a segunda votação. Em cerca de 60 a 80 dias é que se teve a votação no Senado Federal. Então, não dava para ter a mesma punição, pois são momentos diferentes. Senão você não tinha a conflagração do ato, o erro que nosso entender é o de você votar contrariando a posição do partido.*

A Senadora Kátia Abreu tem uma situação muito peculiar. Como todos sabem, como consta da Constituição Nacional, as vagas majoritárias, senadores, prefeitos, governadores, os mandatos, já existe jurisprudência, não pertencem aos partidos. A qualquer momento, governadores, prefeitos e senadores é facultado pela legislação vigente sair do seu partido. Primeiro fato. E o segundo fato: a senadora Kátia Abreu não foi eleita pelo PDT. Nós não julgamos ter autoridade para punir a senadora que foi em um ato posterior, mais de 60 dias da votação da Câmara se ela não tinha sido eleita com os compromissos originais que estavam constando do programa, do estatuto, das decisões do partido.

Por isso, nós não tivemos o mesmo ato nessa relação, porque são relações diferentes, legislações diferentes e situações diferentes.

Em sentido similar, André Peixoto Figueiredo Lima, deputado federal pela legenda, confirmou que, não obstante a aludida senadora tenha descumprido a diretriz partidária, ela não foi alvo de nenhum processo disciplinar perante as instâncias partidárias (ID 38356838, 13min56 a 15min52):

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: *o estatuto do PDT, ele estabelece alguma diferenciação entre os filiados?*

O Senhor André Peixoto Figueiredo Lima: *de forma alguma.*

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: *portanto, um filiado que não tenha mandato... se eu fosse filiado ao PDT e o Senhor que tem mandato, nós teríamos os mesmos direitos dentro do PDT?*

O Senhor André Peixoto Figueiredo Lima: *os mesmos direitos partidários.*

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: *de*

que forma o Senhor compreende a diferença de conduta que o partido teve no episódio da deputada Tabata Amaral, que foi logo nos primeiros dias já foi suspensa do partido, os canais oficiais do partido fizeram profundos ataques à deputada, os representantes do partido, presidente e vice-presidente, enfim, da situação havida da senadora Kátia Abreu, no mesmo tema, quando a discussão foi feita no Senado. De que forma o Senhor vê essa diferença de conduta do PDT em relação à deputada Tabata e em relação à senadora Kátia Abreu?

O Senhor André Peixoto Figueiredo Lima: *não foi em relação à deputada Tabata inicialmente, foi em relação aos oito parlamentares que discreparam do posicionamento. A votação na Câmara dos Deputados ela foi muito mais debatida, muito mais intensa, do que no Senado da República. A Senadora Kátia Abreu discrepou da vontade do partido, é verdade, mas ela não foi eleita pelo partido, ela não foi eleita pelo partido. E isso gera uma diferenciação não na questão da vida intrapartidária, mas na questão de você ter mandatos onde a senadora Kátia Abreu não tinha uma responsabilidade de ter sido eleita em cima de bandeiras do partido, mas nem por isso ela deixou de ter, evidentemente, de ser contestada. E como tal, pelo menos os que, até então, os traumas eles não cicatrizam, e como tal a senadora Kátia Abreu, pelo que estamos sabendo, inclusive, não vai ficar no PDT.*

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: *ela sofreu, foi aberto algum processo na Comissão de Ética para apurar.*

O Senhor André Peixoto Figueiredo Lima: *não, não chegou a isso.*

Em suma, as justificativas apresentadas pelo partido são as seguintes: i) a discussão na Câmara dos Deputados ocorreu anteriormente e de forma mais profunda, de modo que a votação no Senado Federal seria diversa do ponto de vista da demarcação do posicionamento partidário e da dinâmica do processo disciplinar; ii) a Senadora Kátia Abreu, por ocupar cargo eleito pelo sistema majoritário, não poderia sofrer perda de cargo por infidelidade partidária; e iii) a Senadora Kátia Abreu não foi eleita pelo PDT, razão pela qual ela teria mais independência no exercício do mandato.

De fato, assiste razão ao partido requerido quando afirma que o Estado Democrático de Direito brasileiro confere especial destaque aos partidos políticos, conferindo-lhes autonomia a fim de, por um lado, evitar ingerências estatais indevidas e, por outro, definir as regras de funcionamento interno, estruturar seus órgãos, estabelecer normas de conduta, erigir regras de fidelidade partidária etc.

Prescreve o § 1º do art. 17 da Constituição Federal: “É

assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária”.

Trata-se de regra, no dizer de Zilio, que se caracteriza pela *“quebra das amarras impostas pelo Estado na égide da legislação anterior, sendo possibilitada à agremiação partidária a definição de sua ‘estrutura interna, organização e funcionamento’ (art. 3º da LPP)”*³.

Em razão disso, são legítimas, em sentido abstrato, tanto as disposições estatutárias que tratam dos direitos e deveres dos filiados quanto aquelas que estipulam regras de fidelidade e disciplinas intrapartidárias, com previsão de sanções pelo respectivo procedimento.

Precisamente por essa razão, esta Corte Superior há muito firmou entendimento segundo o qual *“a mera instauração de procedimento administrativo para averiguar eventual descumprimento de normas partidárias, por si só, não configura grave discriminação pessoal, porquanto se cuida de meio investigativo usualmente aceito. Caso contrário, consistiria até uma inibição absurda a qualquer espécie de apuração de eventual irregularidade”* (Pet 3.019, rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJE de 13.9.2010).

No entanto, como tenho me manifestado reiteradamente, a cláusula da autonomia partidária não comporta interpretação isolada, impondo-se que seja considerada em relação à posição que ocupa no sistema da democracia representativa, no contexto do qual desempenha a função de conferir aos partidos espaço de livre e autônoma deliberação, permitindo-lhes, na qualidade de órgãos intermediários entre a sociedade civil e o Estado, atuar, na exata expressão do Ministro Celso de Mello, como *“canais institucionalizados de*

³ ZILIO, Rodrigo López. **Direito Eleitoral**. 6. Ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2018, p. 103.

expressão dos anseios políticos e das reivindicações sociais dos diversos estratos e correntes de pensamento que se manifestam no seio da comunhão nacional” (MS 26.603/DF).

A própria Constituição da República, ao passo que enuncia a autonomia partidária, a liberdade de criação e extinção de partidos, resguarda a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana, além da observância dos seguintes preceitos: a) o caráter nacional; b) a proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; c) a prestação de contas à Justiça Eleitoral; e d) o funcionamento parlamentar, nos termos da lei.

Ao subordinar a atuação dos partidos políticos ao regime democrático e à observância dos direitos fundamentais da pessoa, o texto constitucional faz mais do que submeter as decisões partidárias ao princípio majoritário e indicar a necessidade de atuação unificada a partir da formação da vontade da maioria.

Sem exclusão de outros traços fundamentais, os estados democráticos de direito modernos são aqueles em cujo regime jurídico há salvaguardas para a existência de minorias e para a observância irrestrita de direitos fundamentais, sem os quais não há falar propriamente em liberdade.

Bem por isso, não apenas as agremiações partidárias, mas todas as pessoas naturais e jurídicas em território nacional devem obediência irrestrita, **no plano horizontal**, ao catálogo de direitos fundamentais da pessoa decorrentes do art. 5º da Constituição Federal, de outras disposições constitucionais, dos princípios por ela adotados e dos tratados internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja parte.

Em outros termos: tanto em seu estatuto quanto em sua atuação interna e externa, o partido deve fiel observância a um extenso rol de direitos fundamentais, a exemplo da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade, bem como a garantia do devido processo legal e o direito de livre expressão.

Essa perspectiva vem sendo adotada já há algum tempo pela jurisprudência desta Corte Superior, como se observa do trecho da ementa do julgado abaixo:

9. *Os direitos fundamentais exteriorizam os valores nucleares de uma ordem jurídica democrática, aos quais se reconhece, para além da dimensão subjetiva, da qual se podem extrair pretensões deduzíveis em juízo, uma faceta objetiva, em que tais comandos se irradiam por todo o ordenamento jurídico e agregam uma espécie de "mais-valia" (ANDRADE, José Carlos Vieira. Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976. Coimbra: Almedina, 1987, p. 165), mediante a adoção de deveres de proteção, que impõe a implementação de medidas comissivas para sua concretização.*

10. *A vinculação direta e imediata dos particulares aos direitos fundamentais consubstancia a teoria que atende de forma mais satisfatória, segundo penso, a problemática concernente à eficácia horizontal (Drittwirkung), conclusão lastreada (i) na aplicação imediata prevista no art. 5º, § 1º, da CRFB/88 (argumento de direito positivo), (ii) no reconhecimento da acentuada assimetria fática na sociedade brasileira (argumento sociológico) e (iii) no fato de que a Lei Fundamental é pródiga em normas de conteúdo substantivo, o que se comprova com a positivação da Dignidade da Pessoa Humana como um dos fundamentos de nossa República (argumento axiológico).*

11. *Sob o ângulo do direito positivo, os direitos fundamentais possuem aplicação imediata, ex vi do art. 5º, § 1º, que não excepciona as relações entre particulares de seu âmbito de incidência, motivo por que não se infere que os direitos fundamentais vinculem apenas e tão somente os poderes públicos. Pensamento oposto implicaria injustificável retrocesso dogmático na pacificada compreensão acerca da normatividade inerente das disposições constitucionais, em geral, e daquelas consagradoras de direitos fundamentais, em especial, a qual dispensa a colmatação por parte do legislador para a produção de efeitos jurídicos, ainda que apenas negativos ou interpretativos.*

12. *Sob o prisma sociológico, ninguém ousaria discordar que a sociedade brasileira é profundamente injusta e desigual, com milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza e da miséria. E é exatamente no campo das relações sociais que se verificam, com maior intensidade, os abusos e violações a direitos humanos, os quais podem - e devem - ser remediados mediante o reconhecimento da incidência direta e imediata dos direitos fundamentais. Sem essa possibilidade, reduz-se em muito as chances de alteração dos status quo, de promoção de justiça social e distributiva e da redução das desigualdades sociais e regionais, diretrizes fundamentais de nossa República (CRFB/88, art. 3º, III e IV).*

13. *Sob a vertente valorativa, do reconhecimento da Dignidade da Pessoa Humana como epicentro axiológico do ordenamento jurídico pátrio exsurtem relevantes consequências práticas: em primeiro lugar, tem-se a legitimação moral de todas as emanações estatais, as quais não podem distanciar-se do conteúdo da Dignidade Humana, e, em*

segundo lugar, ela atua como vetor interpretativo, por meio do qual o intérprete/aplicador do direito deve se guiar quando do equacionamento dos conflitos contra os quais se defronta. Em terceiro lugar, referida cláusula fundamenta materialmente a existência de todos os direitos e garantias, atuando como uma espécie de manancial inesgotável de valores de uma ordem jurídica.

14. Ainda que sob a ótica da state action, sobressai a vinculação das entidades partidárias aos direitos jusfundamentais, mediante o reconhecimento da cognominada public function theory, desenvolvida pioneiramente nas Whites Primaries, um conjunto de casos julgados pela Suprema Corte americana, em que se discutia a compatibilidade de discriminações motivadas em critérios raciais, levadas a efeito em diversas eleições primárias realizadas no Estado do Texas, com os direitos insculpidos na Décima Quarta e Décima Quinta Emendas [Precedentes da Suprema Corte americana: Nixon v. Herndon (273 U.S. 536 (1927)), Nixon v. Condon (286 U.S. 73 (1932)), Smith v. Allwright (321 U.S. 649 (1944)) e Terry v. Adams (345 U.S. 461 (1953))].

15. As greis partidárias, à semelhança da União Brasileira de Compositores (UBC), podem ser qualificadas juridicamente como entidades integrantes do denominado espaço público, ainda que não estatal, o que se extrai da centralidade dispensada em nosso regime democrático aos partidos, essenciais que são ao processo decisório e à legitimidade na conformação do poder político.

16. O estatuto jurídico-constitucional dos partidos políticos ostenta peculiaridades e especificidades conferidas pela Carta de 1988 (e.g., filiação partidária como condição de elegibilidade, acesso ao fundo partidário e ao direito de antena, exigência de registro no TSE para perfectibilizar o ato constitutivo etc.) que o aparta do regime jurídico das associações civis (CRFB/88, art. 5º, XVII ao XXI), aplicado em caso de lacuna e subsidiariamente. Doutrina nacional e do direito comparado.

[...]

(REspe 123-71, rel. Min. Luiz Fux, DJE de 30.11.2017).

Também a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é iterativa no sentido de que “a autonomia partidária não consagra regra que exima o partido do respeito incondicional aos direitos fundamentais” (STF, Pleno, ADI 5.617, rel. Min. Edson Fachin, DJE de 3.10.2018).

Aliás, mesmo em relação a pessoas jurídicas de direito privado, sem nenhuma conexão direta com a formação da vontade estatal, a Suprema Corte assentou a “incidência da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, com prevalência das regras de igualdade material aos contratos de previdência complementar travados com entidade fechada” (STF, Pleno, RE 639.138, rel.

Min. Gilmar Mendes, redator para o acórdão Min. Edson Fachin, DJE de 16.10.2020).

Daniel Sarmiento, em trabalho acadêmico específico sobre o tema, diz que:

O Estado e o Direito assuem novas funções promocionais e se consolida o entendimento de que os direitos fundamentais não devem limitar o seu raio de ação às relações políticas, entre governantes e governados, incidindo também em outros campos, como o mercado, as relações de trabalho e a família⁴.

Ainda, a mais moderna doutrina reconhece que:

[...] além de oponíveis contra o poder estatal, os direitos fundamentais previstos na Carta Magna de 1988 poderão ser aplicados às pessoas jurídicas de direito privado, principalmente aos partidos políticos, cujas atribuições constitucionais se assemelham àquelas exercidas por entidades que desempenham função social ou função pública por delegação.

É dizer, essas greis, enquanto um tipo de associação privada especial, cuja natureza jurídica é complexa ou bifronte, possuem uma autonomia privada mitigada pelos direitos fundamentais dos seus filiados ou dos órgãos de hierarquia inferior, como, por exemplo, em hipóteses nas quais os conflitos ocorrem entre o órgão partidário (permanente ou provisório) hierarquicamente inferior e o órgão partidário superior do mesmo partido⁵.

Portanto, a partir do conteúdo material do princípio da igualdade⁶, entendo que a agremiação não pode estabelecer tratamento díspar em relação a seus filiados, salvo se houver critério discriminatório que se justifique racional e objetivamente.

No caso, em que pese duas filiações, a autora e a Senadora Kátia Abreu, detentoras dos mesmos direitos e deveres estatutários, tenham

⁴ SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 323.

⁵ BARROS, Ezikelly. **Autonomia partidária: uma teoria geral**. São Paulo: Almedina, 2021, pp. 207-208.

⁶ Para Celso Antonio Bandeira de Mello: “[...] tem-se que investigar, de um lado, aquilo que é adotado como critério discriminatório; de outro lado, cumpre verificar se há justificativa racional, isto é, fundamento lógico, para, à vista do traço desigualador acolhido, atribuir o específico tratamento jurídico construído em função da desigualdade proclamada. Finalmente, impende analisar se a correlação ou fundamento racional abstratamente existente é, in concreto, afinada com os valores prestigiados no sistema normativo constitucional. A dizer: se guarda ou não harmonia com eles” (**O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2020, p. 21).

descumprido diretriz partidária regularmente aprovada pela Convenção Nacional, apenas em relação a uma delas a agremiação adotou medidas disciplinares extremamente graves, além da veiculação de críticas institucionais de altos dirigentes partidários à conduta da autora.

No ponto, esclareço que, a meu juízo, as alegadas circunstâncias peculiares que circundariam o voto da Senadora Kátia Abreu, **conquanto relevantes no plano político-partidário**, não se revestem da qualidade de **critérios jurídicos racionais de discriminação**.

A uma, porque a circunstância de a referida parlamentar exercer cargo eleito sob o sistema majoritário não desnatura a relação filiado-agremiação, com todos os consectários, direitos e deveres, dessa relação. Assim, se o estatuto do PDT estabelece regras de fidelidade partidária que conformam a atuação parlamentar, bem como disposições punitivas em caso de descumprimento, em tese, todos os filiados que tenham descumprido devem receber o mesmo tratamento.

Vale sempre lembrar que as regras internas de fidelidade partidária não se subordinam nem se condicionam à possibilidade de o partido buscar a declaração de perda de cargo com fundamento do art. 22-A da Lei 9.096/95. Exatamente por isso, um partido que observe irrestritamente parâmetros isonômicos deve tratar igualmente, tanto quanto possível, filiados que descumpram as suas disposições estatutárias.

A duas, porque não impressiona o argumento segundo o qual a falta de punição da senadora decorreria apenas de circunstâncias temporais da apreciação da matéria nas duas casas do Congresso Nacional.

Isso porque, além de se tratar de fato público e notório, foi comprovado nos autos que a Senadora Kátia Abreu, em nenhum momento – anterior ou posterior ao processo legislativo, ou mesmo durante a tramitação do presente feito – foi submetida a algum processo perante as instâncias disciplinares.

De igual forma, não se evidenciou a alegação de que a referida

parlamentar também teria sido alvo de críticas; ao contrário, constou dos autos admissão expressa que a senadora não estaria vinculada aos compromissos estatutários do PDT, o que caracteriza, **no plano jurídico**, inadmissível tratamento privilegiado em relação aos demais filiados.

Tampouco aproveita ao partido o argumento de que a senadora, ao contrário da autora, gozaria de maior autonomia no exercício do mandato.

Isso porque, em relação à autora, consta prova documental nos autos, cuja existência foi admitida por altos dirigentes partidários do PDT, consistente em carta-compromisso que conferiu à autora a justa expectativa de que o PDT se comprometeria a respeitar as autonomias política e de funcionamento do Acredito, movimento do qual a autora é fundadora, bem como a identidade do movimento e de seus representantes.

O encadeamento lógico dos fatos e a prova testemunhal colhida revelam que o referido acordo, firmado no marco final para a filiação partidária, foi essencial para a decisão da autora de compor as hostes partidárias e de concorrer ao cargo de deputado federal. Sem a referida garantia de resguardo da autonomia política, sem essa relação de fidúcia entre agremiação e cidadã, a autora não teria se candidatado, ao menos não pelo PDT.

Como já citado, não se trata aqui de elevar o referido pacto à categoria dos negócios jurídicos plenamente exigíveis em juízo, ou mesmo de norma que se sobreponha à Constituição Federal e às demais leis, mas de reconhecer que a agremiação, **no exercício pleno de sua autonomia partidária**, criou a justa expectativa na autora de que tal prerrogativa do partido seria (auto)contida quando em jogo a própria autonomia política do movimento Acredito e de seus integrantes.

Desse modo, considerando o paradigma constitucional da tutela da confiança, não se pode desconsiderar o comportamento aparentemente contraditório do partido, o qual, visando tornar írrita avença firmada de boa-fé, negou à autora tratamento idêntico ou similar ao que foi conferido a filiada que, segundo os próprios dirigentes partidários, detinha liberdade para o exercício do mandato.

Afinal, se a ambas foi prometida autonomia antes mesmo da filiação partidária, decerto elas deveriam se submeter a critério disciplinar idêntico ou aproximado, o que, entretanto, não ocorreu na espécie.

Portanto, entendo que, em razão desse fato, já estaria evidenciada a discriminação pessoal, cuja gravidade reside na quebra do dever de isonomia em relação a filiados que estão na mesma posição jurídica em relação à agremiação.

Cumpre, agora, examinar o último grupo de fatos que integram a *causa petendi*.

III – Das alegadas ofensas à honra da autora.

A autora afirma que vem sofrendo grave discriminação por parte dos representantes oficiais do PDT (no âmbito nacional e no âmbito do Estado de São Paulo), os quais têm proferido inúmeros ataques contra ela, perpetrando graves ameaças à sua honra e dignidade mediante diversos meios de comunicação, como as redes sociais e a imprensa escrita e eletrônica.

Alega que o presidente do partido, Carlos Lupi, bem como o vice-presidente do partido, Ciro Gomes, reiteradamente espalham mentiras a seu respeito, vinculando a sua posição política à existência de uma organização clandestina, que supostamente atenderia a interesses de grandes empresários, e afirmando “*que a requerente e o movimento ACREDITO atuariam sob supostos interesses do empresário Jorge Paulo Lemann*” (ID 17710688, p. 19).

A agremiação, por sua vez, defende que o alegado prejuízo à imagem da deputada decorreria dos ataques por ela desferidos em suas aparições nas redes sociais e na televisão. Segundo argumenta, os supostos ataques sofridos pela parlamentar na verdade são críticas fundadas, justas, “*de alguns quadros partidários que se postaram em defesa do partido até como medida de reação às suas atitudes largamente disseminadas nas redes sociais*” (ID 18357638, p. 11).

De início, ressalto que parte da prova documental apresentada

pela autora não é apta à comprovação da justa causa, por se tratar de matérias jornalísticas, analíticas do contexto político de então, sem, no entanto, haver menção direta a afirmações de dirigentes do PDT ofensivas à autora. Entre tais elementos insuficientes para a caracterização da justa causa, cito os IDs abaixo nominados:

- ID 17645238 - Outros documentos (Reportagem 01 PDT AMEAÇA EXPULSAR TABATA AMARAL CASO VOTE A FAVOR DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA);

- ID 17648538 - Outros documentos (Reportagem 2 Carlos Lupi quer ver Tábata Amaral sangrar no PDT VEJA.com);

- ID 17648888 - Outros documentos (Reportagem 3 MAIORIA DO PDT DEFENDE EXPULSÃO DE TABATA, DIZ LUPI, site TERRA, 12.7.2019);

- ID 17648938 - Outros documentos (Reportagem 4 Cúpula pedetista espera saída de Tábata Amaral do partido VEJA.com);

- ID 17649188 - Outros documentos (Reportagem 8 PDT abre processo e suspende funções partidárias de Tábata e outros 'rebeldes' Folha de São Paulo. 17.9.2019);

- ID 17650038 - Outros documentos (Reportagem 12 Levantamento mostra que Tábata não vota seguindo ordens de 'partido clandestino, como disse Ciro. BBC News Brasil');

- ID 17650088 - Outros documentos (Reportagem 13 Kátia Abreu vota pela reforma da Previdência, mas será poupada pelo PDT. Congresso em foco);

- ID 17650238 - Outros documentos (Reportagem 16 A luta social no debate da Previdência. Nexo Jornal);

- ID 17711088 - Outros documentos (Reportagem 17 Termômetro da Previdência. Valor Econômico);

- ID 17711238 - Outros documentos (Reportagem 18 Tem que assumir que está indo para direita, diz presidente do PDT sobre Tábata);

- ID 17711638 - Outros documentos (Reportagem 19 Tábata a favor de reforma, mas contra proposta injusta);

- ID 17711288 - Outros documentos (Reportagem 20 Ou eu entrava para a política, ou eu jogava a toalha, diz deputada Tábata Amaral);

- ID 17711388 - Outros documentos (Reportagem 21 'As pessoas ficam muito incomodadas quando não conseguem te rotular'. HuffPost Brasi);

- ID 17711438 - Outros documentos (Reportagem 22 Tábata Amaral fala sobre Escola sem Partido)

- ID 17712238 - Outros documentos (Reportagem 23 Deputados do PDT contestam decisão do partido contra a reforma);

- ID 17711488 - Outros documentos (Reportagem 24 Guedes critica relatório sobre a reforma da Previdência e diz que cortes acabaram com o projeto);

- ID 17711838 - Outros documentos (Reportagem 25 Guedes diz que reforma economiza R\$ 860 bi: abortaram a Nova Previdência. EXAME)

- ID 17711538 - Outros documentos (Reportagem 26 Guedes não gostou do relatório da Previdência, mas o que os economistas acharam do parecer).

Além disso, há manifestações de dirigentes partidários, em especial do presidente da legenda, que não desbordam da crítica política nem evidenciam ofensa direcionada à autora ou ao grupo político, a exemplo dos indicados abaixo:

- ID 17644938:

Carlos Lupi @CarlosLupiPDT

Quarta terei uma reunião da Executiva Nacional com a Comissão de Ética do PDT para tratarmos dos casos de infidelidade partidária da semana passada.

Votar a favor da reforma da previdência é mais grave ainda que ter apoiado o golpe contra a Dilma.

Imoralidade sem tamanho.

19:03 - 15 de Jul de 2019

#PDTdigital

pdtd_nacional • Seguir

pdtd_nacional Atitudes contra o trabalhador não passarão impunes! Vamos analisar cada caso dos votos absurdos a favor da Reforma da Previdência e tomar medidas coerentes, respeitando o estatuto. #PDT #PDToposiçãoopropositiva

10 sem

martins.deivid É hoje o dia, o partido deve mostrar que não é esquerda caviar...

10 sem Responder

Curtido por e_hartwig e outras 1.298 pessoas

16 DE JULHO

Adicione um comentário... Publicar

- ID 17644988:

Ciro Gomes @cirogomes

A tentativa de compra de votos por dinheiro de emendas ou ofertas mentirosas a estados e municípios ronda, neste momento, até os partidos de oposição. Defenderei que o PDT expulse aqueles que votarem contra o povo nesta reforma de previdência elitista.

Dói mas o Brasil não pode aceitar mais estas práticas corruptas e fisiológicas!

pdtd_nacional • Seguir

nao tem preocupação aiem de si próprios... Mas aqueles que se dizem trabalhar por um país melhor e que votaram pela destruição da seguridade social, com convicção, são o pior tipo de pessoa, pois não pensam nem em si próprios, muito menos em quem lhes confiou o mandato"... Como sempre ocorre com alguns do PDT... A se pensar...

11 sem Responder

giovannibrum Vão expulsar mesmo a menina prodígio? E os outros quase 30% da bancada que votou pela reforma?

11 sem Responder

Curtido por schenfeld e outras 806 pessoas

9 DE JULHO

Adicione um comentário... Publicar

- ID 17712338:

UOL "Tem que assumir que está indo para direita", diz Lupi sobre Tabata

O presidente do PDT foi dormir na noite de ontem sem saber que a deputada Tabata Amaral [anunciara em entrevista no programa Roda Viva](#) que iria entrar na Justiça para conseguir desligamento do partido sem perder o mandato. Carlos Lupi estava num voo de Belém para o Rio de Janeiro. Apenas na manhã de hoje, ao ver o vídeo no UOL, tomou conhecimento da novidade.

A deputada e o partido estão em rota de colisão desde que Tabata votou a favor da reforma da Previdência. Acabou suspensa juramentando com outros sete parlamentares da legenda que fizeram o mesmo.

Em entrevista à coluna, Lupi não se mostrou surpreso com a atitude e desmentiu que ela tenha sofrido discriminação da direção pequetista.

pdtd_nacional • Seguir

pdtd_nacional Quando alguém se filia a um partido, deve entender suas origens, seus princípios e seu programa. Nossa deliberação, nesse caso, foi coletiva. Mas há o apego ao mandato, nada mais velho na política. Confira entrevista do presidente Lupi sobre o assunto: link na bio. #PDT #PDToposiçãoopropositiva

19 h

romuloandra

19 h 3 curtidas Responder

nina_puglia Que cavalo de Tróia vcs arranjaram, hein PDT!

Curtido por timecirogomes e outras 2.012 pessoas

HÁ 18 HORAS

Adicione um comentário... Publicar

- ID 17645038 - Outros documentos (Post 03 Vídeo Ciro Gomes);

- ID 17648888:

Lupi disse nesta sexta feira, 12, que o processo contra Tabata e seus colegas deve demorar de 45 a 60 dias nas instâncias do partido. 'Mas todos terão direito a defesa', ressaltou. 'Aqui é democracia e tudo o que fazemos é pelo convencimento. Não tem emenda não tem método não ortodoxo que Bolsonaro disse que ia abolir e está liberando.

Ao ser questionado sobre o argumento, usado por alguns deputados 'rebeldes, de que o texto base aprovado pela Câmara é diferente da proposta original enviada pelo governo, Lupi foi irônico. 'Isso está aparecendo aquela história do governo, que tirou o bode da sala, o fim do benefício de prestação continuada (BPC), e botou lá uma cama cheia de pregos para o trabalhador deitar', afirmou ele.

- ID 17648938:

Na avaliação dos pedetistas, o ato praticamente encaminha a saída de Tabata do PDT, que teria demonstrado mover-se nessa direção ao escrever recentemente um artigo com críticas indiretas à sigla. 'Ao criticar o partido, a deputada passou a produzir elementos para justificar sua saída do PDT perante a Justiça Eleitoral', avalia um pedetista

- ID 17648988:

O ex-ministro Ciro Gomes disse em entrevista ao jornal Estado de S. Paulo e à Rádio Eldorado que 'ninguém pode servir a 2 senhores', referindo-se à deputada do PDT Tabata Amaral (SP) e a outros 7 congressistas que votaram a favor da reforma da Previdência no 1º turno (<https://www.poder360.com.br/congresso/camara-aprova-texto-base-daprevidencia-por-379-votos-a-131/>) da Câmara dos Deputados. Sobre Tabata, ainda ironizou: 'Por que ela não vai para o MBL?'

-ID 17649038:

'Se ela acha que a esmagadora decisão de uma convenção nacional de mais de 500 membros, em que ela estava presente, não é democrática, quero saber o que ela acha que é [democrático]. É ouvir o Jorge Paulo Lemann?', questionou Lupi, se referindo ao bilionário

[...]

Lupi nega que a deputada tenha sofrido esse tipo de ataque. 'Eu quero te perguntar onde tem alguma palavra da direção do PDT ofendendo a honra dela. Você pode procurar e não vai achar. Nós restringimos e criticamos o comportamento dela, não a honra', disse o dirigente.

Para ele, o artigo de Tabata 'é natural em alguém que queira justificar os seus erros'. 'Foi um partido que a recebeu de portas abertas. Incentivamos, apoiamos, era um nome que a gente cogitava para ser prefeita de São Paulo', afirmou.

**“SERIADO QUE
CHEGOU AO FIM”,
DIZ CARLOS LUPI
SOBRE TABATA
AMARAL**



- ID 17649088:

- ID 17649188:

'Como o processo não está esgotado, tem o segundo turno, e acreditamos que o ser humano é o único ser vivo capaz de evoluir, quem sabe alguns evoluem, ouvem o que está se fazendo de maldade com a base da sociedade que ganha até R\$ 2.500 e voltem atrás e votem com o partido', disse Lupi

- ID 17649538:

'Vamos abrir um processo disciplinar através da Comissão de Ética do partido, que vai ouvir a justificativa de cada um deles. Depois, será apresentada a avaliação, com punição ou não, do que eles sugerem que aconteça com cada deputado. Só então o Diretório Nacional será convocado para uma definição, o que deve levar de um mês e meio a dois", disse Lupi

[...]

Especificamente sobre a deputada, Lupi disse que vê a decisão como falta de experiência e imaturidade, mas que não deixará que o PDT pague por isso: 'Fazer ela de Cristo ou de vítima, para colocar o partido como algoz... Eu estou velho para isso. Nessa eu não caio. Já estamos tão desmoralizados, se isso passar em branco, se não acontecer nada, aí é muito ruim'.

Ele afirmou ainda que existia, sim, o objetivo de colocar Tabata como possível candidata à Prefeitura de São Paulo nas próximas eleições,

mas que o episódio pode fazer com que a ideia seja descartada. Entretanto, disse que vai avaliar bem o caso para evitar que uma expulsão possa prejudicar o partido.'

'Hoje, alguns desafiam para ser expulsos por causa do parecer no Supremo que diz que, quando o deputado sofre expulsão, o partido não pode pedir o mandato de volta. Tudo isso vamos pesar, porque ninguém aqui é bobo', garantiu Lupi

[...]

Por fim, ele ainda fez questão de ressaltar que tem origem 'tão ou mais humilde' do que a deputada e que o PDT não irá acabar se ela sair: 'O partido, a instituição, é mais forte que as pessoas. Quando as pessoas acham que elas são mais fortes que as instituições, tem alguma coisa errada. As instituições são perenes, as pessoas são passageiras'

Por outro lado, a autora juntou documentos nos quais consta manifestação do Sr. Carlos Lupi, presidente nacional da sigla, no sentido de que o grupo de parlamentares dissidentes, inclusive a autora, teriam financiamento clandestino, de grupos econômicos e até de pessoas jurídicas, as quais são qualificadas como fontes vedadas. Cito, a esse propósito:

- ID 17649188:

'Não queremos. Muito obrigado. Quem quer seguir com patrocínio privado de sistema financeiro, de homens muito ricos, muito poderosos tem 36 partidos para ir. O PDT não quer', insistiu o presidente nacional do PDT

- ID 17649988:

'Se vocês não repararam, saiu uma nota de um grupo clandestino dizendo como os deputados devem votar. Então por que ter partido? Fica logo no grupo clandestino. Organiza. Tem tanto patrocínio, tanta gente que gosta, tanta mídia. Organizem um partido para ver como é fácil', disse o presidente.

'O partido não dará legenda nem a vereador, deputado ou qualquer filiado que tenha financiamento clandestino. Financiamento patrocinado por organizações pessoais, privadas, particulares, de gente muito poderosa que se utiliza de grupos para financiar e ter os votos de parlamentares dentro da sigla do PDT Carlos Lupi, presidente do PDT

Ademais, no vídeo juntado por meio do documento de ID 17645088, o Sr. Carlos Lupi, presidente da legenda, anuncia a abertura de procedimentos disciplinares em face dos deputados dissidentes, entre eles a

autora. Além disso, o referido dirigente afirmou (ID 17645088, 1min48):

O Senhor Carlos Lupi: *também decidimos nessa reunião que nós vamos fazer uma recomendação que, sendo aprovada pelo diretório nacional, passa a ser uma determinação pra que nenhuma candidatura seja feita pelo PDT, em nível nacional, pra vereador, pra prefeito, vice-prefeito, deputado, qualquer função eletiva, que esse companheiro ou companheira que esteja filiado ao PDT tenha o patrocínio desses chamados partidos clandestinos, ou seja, organizações patrocinadas por grupos financeiros, por gente rica, que visa a ter a tutela, a ter o mando sobre o mandato desses parlamentares. O PDT não aceita dupla militância. Ou tá no PDT, ou então procure um dos 37 partidos existentes pra ser patrocinado por esses grandes grupos financeiros e ter sucesso na sua vida. Nós não abrimos mão da nossa causa e da defesa do direito do trabalhador brasileiro.*

Além dos elementos probatórios acima, o fato foi confirmado em depoimento (ID 38355788, 11min39 a 13min19):

O Senhor Juiz Auxiliar Leonardo Lopes dos Santos Bordini: *constam também algumas manifestações no sentido de que certos parlamentares seriam financiados por movimentos ou – consta – partidos clandestinos, movimentos ou partidos clandestinos. Essa afirmação se refere à requerente?*

O Senhor Carlos Lupi: *isso foi uma palavra dita por mim. No conceito pessoal que eu tenho de que nós vivemos um surrealismo na democracia do Brasil. Com a proibição legal de ter financiamento privado de campanhas, nós assistimos se formarem grupos com forte poder econômico, patrocinando várias candidaturas não só do PDT, como em outras agremiações, o que é estranho, pois esse grupo que tem tanto poder econômico poderia agrupar todos em um só partido e ter a sua representação natural e legítima das suas ideias daquele partido. Mas diversificaram. E o Senhor vai ver que esse caso não é específico do PDT, que outros partidos passam pela mesma situação, e a nossa afirmação, a minha pessoal é de que isso é um instrumento contra a democracia, porque se é proibido o financiamento privado, como você junta 10, 15, 20 empresários para financiar individualmente, tendo como seu patrimônio pessoal um volume ostensivo de riqueza, proeminente e que não faz parte da maioria da sociedade, beneficiando aos escolhidos por esse grupo. É essa a minha intenção na denúncia não contra A ou B, mas contra a forma que, no meu entender, é uma forma de burlar a legislação e uma forma clandestina de organização político-partidária. É a minha opinião, a mantenho e gostaria inclusive de ver isso debatido no STF e no TSE.*

Nesse mesmo depoimento, ao ser indagado pelo advogado da requerente, declarou o seguinte (ID 38356138, 11min39 a 12min49):

O Senhor Carlos Lupi: bom, a gente tem que saber que palavras têm poder. Conforme a palavra for colocada, do ambiente que for colocada, ela pode ter significados diferentes. O estimado advogado deve se lembrar, deve estar nos autos, que houve recíprocos ataques, recíprocos momentos de radicalização. Se Vossa Excelência reparar, vai observar que nenhum dirigente do PDT tem sequer 20% do espaço, em rádio, em televisão, em jornais, que a nobre e estimada Tabata Amaral tem. E isso foi fruto de um debate árduo, doloroso e divisor de mundo. Nós nunca falamos especificamente da Deputada. Os jornais, como ela era mais notória, como é uma pessoa muito querida da grande mídia, davam sempre a conotação para ela, mas se checar as gravações, se checar as informações, se checar na página do partido, ou nós estamos fazendo resposta a alguma acusação feita, ou nós estamos falando, como na sua pergunta, a todos os deputados.

Ainda sobre esse tema, constou do depoimento da testemunha José Frederico Lyra Neto, ouvida sob compromisso (ID 38358088, 23min23 a 26min20):

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: o Movimento Acredito, ele é um partido clandestino, ele tem interesse em virar partido, ele está discutindo virar partido, vai virar um partido?

O Senhor José Frederico Lyra Neto, testemunha: Bom, essa foi uma discussão... A gente recebeu isso, na verdade, com alguma... Primeiro, assim, a gente ficou, se sentiu atacado, mas também não deixou de achar engraçado, a ideia de chamar de partido clandestino. O Acredito ele é uma associação cívica, ele vem de uma ideia de movimentos cívicos que ela não é única, não é de agora. Você tem desde os Estados Unidos, de séculos passados, a ideia de que as pessoas podem se organizar pra atuar politicamente. E não precisa só via partido. Esse foi o nosso DNA. A ideia do movimento nasceu assim. Então, não é um partido. A gente não é. A gente é uma associação. Hoje a gente não tem plano de virar partido, embora pessoas nos cutuquem e sugiram que isso aconteça, nós somos um movimento cívico suprapartidário, um movimento que dialoga, que tem pessoas em vários partidos. Inclusive, pessoas do movimento que foram candidatos e candidatas em 2018, eles foram candidatos e candidatas por 9 partidos diferentes.

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: o presidente do PDT, ele deu uma declaração, que foi inclusive divulgada nos principais veículos, de que o Acredito seria um partido clandestino, abre aspas, patrocinado por gente rica que visa ter tutela sobre os mandatos. O Acredito ele é patrocinado por gente rica, de que forma se dá esse financiamento, ele recebe financiamento de bancos, do grande capital, como é que funciona isso dentro do movimento Acredito?

O Senhor José Frederico Lyra Neto, testemunha: o Acredito ele é um movimento cívico que aceita doações de pessoas físicas.

O Senhor Cristiano Vilela de Pinho, advogado da requerente: só pessoa física?

O Senhor José Frederico Lyra Neto, testemunha: só pessoa física. A gente não aceita doação de empresa, pois isso é proibido. Então não tem como banco nos financiar. E a gente permite a possibilidade de fundações, ou seja, se for uma organização sem fins lucrativos, pra apoiar projetos, isso sim aconteceu também. Então, o movimento é financiado basicamente por doações de pessoas físicas. Isso é transparente, tá no site. Os nomes tão lá. O movimento olha bastante para, olha pra política que a gente gostaria que existisse. E na nossa visão, é importante que as pessoas participem da política inclusive doando, desde que seja transparente, desde que todo mundo saiba o que está acontecendo. Desde que tenha gente que possa doar R\$ 1,00 que possa doar R\$ 10.000,00. Então, essa crítica nos pareceu, na verdade, uma... pra jogar pra plateia, sinceramente. Essa é a nossa interpretação. A gente sempre foi assim. A nossa ideia é continuar sendo dessa forma. São doações de pessoas físicas. Não somos financiados por bancos. Nem por... enfim, pelo grande capital, não sei o que isso significa na prática.

A partir dos elementos probatórios acima, está comprovado nos autos que o presidente nacional do PDT imputou ao grupo de deputados dissidentes, incluindo a autora, o recebimento de recursos financeiros de grupos clandestinos, de pessoas jurídicas ligadas ao mercado financeiro e de pessoas naturais ditas “ricas”.

Mesmo não apresentando nenhuma prova desse fato, o presidente nacional da sigla confirmou as declarações à imprensa, nas quais há indicação de recebimento de recursos de forma escamoteada, de fontes potencialmente vedadas, condutas que, a depender das circunstâncias, podem caracterizar graves ilícitos cívicos-eleitorais e, até mesmo, crime eleitoral.

Além disso, fica evidente, a partir dos já citados elementos probatórios, que a autora e os parlamentares ligados a movimentos cívicos não terão mais espaço no âmbito intrapartidário, inclusive para eventual postulação de reeleição ou de outras pretensões eleitorais.

Não se trata de manifestação isolada, de filiado sem expressão nas hostes partidárias, mas de atuação reiterada do presidente nacional da sigla, com ampla divulgação dessas manifestações na imprensa escrita e nos canais oficiais, procedimento que tem ampla repercussão no âmbito da legenda.

Ressalte-se que o próprio presidente reconheceu, em seu depoimento pessoal, que ocupa cargos de destaque na sigla desde “a morte de

Leonel Brizola”, ou seja, pelo menos desde o ano de 2004 (ID 38356138, 5min28), bem como que acumula as funções de presidente nacional do partido e presidente do Diretório Estadual da agremiação no Estado de São Paulo (ID 38356138, 19min40), o que reforça a sua ascendência, influência e poder dentro da agremiação e no colégio eleitoral de domicílio da requerente.

A gravidade da conduta do presidente da sigla é qualificada pelo fato de que, a partir da assinatura da carta-compromisso entre o movimento cívico Acredito e o PDT, surgiu a expectativa legítima, em favor da autora, de respeito da sua autonomia política e do movimento do qual é fundadora.

Nesse contexto, afigura-se contraditória, violadora da boa-fé, a inflexão na conduta partidária, no sentido de não mais garantir o respeito à autonomia política da autora e do movimento Acredito, de não garantir espaço democrático a correntes dissonantes que foram atraídas para as hostes partidárias em decorrência de movimento recíproco de aproximação.

Portanto, com a devida vênia dos posicionamentos em contrário, entendo que os comentários ofensivos em face da autora, a quebra de confiança existente entre o PDT e o movimento Acredito e o repentino e inesperado fechamento dos espaços políticos para o grupo dissidente indicam clara situação de desprestígio e de convivência inviável.

IV – Conclusão.

Conforme visto, das alegações postas na inicial, ficaram comprovadas:

i) a alteração súbita de regras e orientações intrapartidárias, em quebra das expectativas legítimas decorrentes da carta-compromisso firmada entre o movimento Acredito e o PDT, a fim de inviabilizar absolutamente as pretensões políticas e eleitorais da autora;

ii) a grave quebra de isonomia entre filiadas que estavam em situação de igualdade no que tange à prometida liberdade de atuação no Congresso Nacional e à submissão às regras intrapartidárias de fidelidade

partidária; e,

iii) a veiculação de conteúdo ofensivo, na imprensa e em canais oficiais do partido, em detrimento do grupo político ao qual pertence a autora.

Por essas razões, **voto no sentido de julgar procedente o pedido de declaração de justa causa para desfiliação partidária.**